

VADNE

REVISTA DA ADVOCACIA NEGRA

OS DESAFIOS DOS POVOS INDÍGENAS

Edição 16/25

**PORTE DE ARMA PARA
ADVOGADOS** com
Ricardo M. e Dr. Osias P.

**POR UMA LISTA
EXCLUSIVA DE
NEGROS NO STJ**

**ENTREVISTAS COM AS
PRINCIPAIS LIDERANÇAS
INDÍGENAS DO BRASIL**

**OBSERVATÓRIO
DA
BRANQUITUDE**

ANAN



DIA NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

em respeito aos povos nativos

19 de abril

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA NEGRA
EXCELÊNCIA EM ADVOCACIA**

SUMÁRIO



02
SUMÁRIO

09
POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ
Estevão Silva

26
PORTE DE ARMA DE FOGO PARA ADVOGADOS E ADVOGADAS Osias Peçanha

38
LUIZ GAMA E ESPERANÇA GARCIA: ESCRITA NEGRA COMO RESISTÊNCIA EPISTÊMICA NA HISTÓRIA DO BRASIL
ANTONIO LEANDRO FAGUNDES SARNO

59
ENTRE-VISTAS
Kunumi Jeguaka Saiju

69
GRUPO USAN

81
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO, RECONHECIMENTO ESTATAL E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA SOCIAL
Reinaldo Santos Dos Reis

90
INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA CEMMANO
Pheterson Madson

93
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ANAN

102
PALESTRAS DO ESCRITÓRIO NACIONAL DA ANAN

107
ANIVERSARIANTES DO MÊS DE ABRIL

05
COMENTÁRIOS SOBRE A REVISTA DE MARÇO, Nº 15/2025

17
ENTRE RUÍNAS E RECONSTRUÇÕES
Revista Gama

30
ESCOLA DE FARAÓS

43
ENTRE-VISTAS
Valdelice Veron

64
OS DESAFIOS DAS PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS
Ives Bittencourt

71
ENTRE-VISTAS
Camilo Kayapó

88
OFICINA DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL
Estevão Silva

76
RECURSOS E ADVOCACIA NOS TRIBUNAIS
Rodrigo Alves

97
POR QUE SOU ANAN
Luciano Nascimento

104
NÓS SOMOS ANAN

108
SEJA UM APOIADOR ANAN

06
CARTA AO LEITOR
Estevão Silva

22
OS ADVOGADOS IRÃO MANCHAR SUAS MÃOS DE SANGUE: UM ALERTA SOBRE O PORTE DE ARMAS NA ADVOCACIA
Ricardo Martins

31
FESTA DA ANAN 2025

53
ENTRE-VISTAS
Agnaldo Pataxó Hã-Hã-Hãe

65
A PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ: AVANÇOS E DESAFIOS
Paloma Bandeira

79
ESPERANÇAS DA ANAN

89
NOTÍCIAS DA ANAN

95
VESTIDO DE, BRANCO
Adinaldo Silva

100
ARRAIAL DO CLÃ

106
REUNIÕES DAS ANANS

109
FALE CONOSCO

VADNE

EDITOR CHEFE
DIVA DIAS RIGATO

REVISORES DE TEXTO
NILTON LIMA

DIRETOR DE CONTEÚDO
ESTEVÃO SILVA

DIRETOR DE ARTE
ESTEVÃO SILVA

ESCRITORES
CONTRIBUINTES
DANIELLY ATHAUÊ
DIVA RIGATO
EVARISTO PISCA
JULIANE RIGATO
JOSÉ ADEMIR DA SILVA
LUCIANO NASCIMENTO
PRISCILA MENEZES

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES
ANA CLÁUDIA SILVA
RICARDO MARTINS
OSIAS PEÇANHA
ANTONIO L. FAGUNDES SARNO
VALDELICE VERON
AGNALDO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE
KUNUMI JEGUAKA SAIJU
IVES BITTENCOURT
CAMILO KAYAPÓ
REINALDO SANTOS DOS REIS
ADINALDO SOUZA
REINALDO REIS

A **REVISTA VADNE** não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em artigos assinados. A reprodução, no todo ou em parte, de suas matérias é permitida desde que citada a fonte.





“

*Cada vitória da ANAN é uma
pequena rachadura nas muralhas
do racismo, abrindo caminhos
para uma sociedade mais justa e
plural.*

Luciano Nascimento



COMENTÁRIOS SOBRE A EDIÇÃO DE MARÇO nº 15/2025



Dr^a. Viviane Nogueira de Moraes Danieleski - Advogada. São Paulo/SP.

A revista VAdNe edição 15/25 traz a questão da pluralidade e coragem, mulheres que revolucionam a justiça, apresentando o sistema jurídico que efetivamente não é neutro. Desnudar o mito da neutralidade jurídica possibilita enxergar a ferramenta política de exclusão e manutenção de inúmeros mecanismos de racismo institucional. Há vozes que não são ouvidas, e precisam de nós para que o mundo garanta seus direitos humanos, há décadas afastados sob a justificativa de neutralidade do sistema. Aproveitem a leitura com as escritas dos colegas que contribuem com esta primorosa revista.

Dr^a. Eliane Macedo - Lauro de Freitas/BA

A edição de março da Revista VADNE reafirma seu compromisso inabalável com a promoção da justiça racial, do protagonismo feminino e da construção de uma advocacia antirracista, inclusiva e transformadora. Com a temática “Pluralidade e Coragem: Mulheres que Revolucionam a Justiça”, a revista oferece um verdadeiro mosaico de vozes potentes — das ruas às salas de aula, dos tribunais às comunidades — destacando trajetórias que enfrentam, com lucidez e firmeza, os entraves históricos do racismo estrutural e do patriarcado.

Importa também ressaltar a presença estratégica e inspiradora de mulheres, cuja liderança integra uma gestão comprometida com o fortalecimento institucional da advocacia negra. Trajetórias pela excelência técnica e dedicações incansáveis, mulheres negras vêm ocupando e ressignificando os espaços de poder e decisão na seara jurídica nacional.

Enquanto mulher, advogada e militante de uma advocacia comprometida com a transformação social, afirmo: ler a Revista VAdNe é fortalecer-se. É aquilombar-se em saberes, narrativas e experiências que projetam um novo horizonte para o Direito no Brasil.

Que sigamos, todas e todos, inspirados por essa edição histórica e pelas mulheres que nela constroem, com coragem, um futuro mais justo.

CARTA AO LEITOR

Neste mês de abril, decidimos reunir dois pilares fundamentais da construção histórica, social e cultural do Brasil: os povos indígenas e a população afrodescendente. **Falar sobre o Brasil, sem reconhecer a centralidade dessas duas matrizes civilizatórias, é negligenciar a verdade histórica e perpetuar um silenciamento inaceitável.** Os povos originários, apesar de séculos de expropriação, violência e invisibilidade, continuam resistindo, organizados em suas próprias lógicas e formas de existência. Com sabedoria ancestral, reinventam o presente e projetam o futuro com dignidade e força.

Ao mesmo tempo, dedicamos espaço para refletir sobre o legado africano e a experiência negra no Brasil. Discutimos o papel dos quilombos, da diáspora e da luta por reconhecimento e reparação. Como afirmou **Celso Furtado, o Brasil é fruto da confluência de três matrizes: indígena, africana e europeia.** Essa mistura, no entanto, não foi harmoniosa, nem pacífica, e tampouco justa com os povos indígenas e com os negros. Mas, mesmo diante das violências históricas, seguimos vivos, firmes, e convictos de que a justiça racial e social ainda é possível.

A ANAN e a Revista VAdNe são provas vivas de que os descendentes de africanos e os povos indígenas continuam escrevendo suas próprias histórias, com coragem, inteligência e resistência. Esta edição é um convite à escuta atenta, à valorização da diversidade e ao compromisso coletivo com um país mais justo, plural e verdadeiramente democrático. Seguimos em marcha, certos de que venceremos a desigualdade com memória, luta e afeto.

Estevão Silva
Presidente da ANAN

A Black man with a beard and glasses, wearing a black tuxedo jacket, a white dress shirt, and a purple bow tie, is smiling broadly. He is standing in front of a dark backdrop with white and gold text. The text includes "ANAM", "GALA", "NEGRO", and "SASP".

NÓS
SOMOS
EXCELENTES!

VOCÊ CONHECE ALGUM GRANDE ADVOGADO OU ADVOGADA, JURISTA OU LIDERANÇA NEGRA QUE NÃO LÊ A “REVISTA VAdNe” ?

A **Revista VAdNe-Revista da Advocacia Negra** é uma fonte essencial para quem busca estar atualizado e alinhado com as demandas do cenário jurídico e social.

Não acompanhar a VAdNe pode significar uma análise incorreta, uma leitura equivocada do cenário jurídico e até mesmo a reprodução de ações preconceituosas.

Pode ser a diferença entre perder uma oportunidade de trabalho ou comprometer sua credibilidade como advogado(a) negro(a). Não corra esse risco!

Conecte-se com o que realmente importa para fortalecer sua atuação e ampliar suas perspectivas.

A VAdNe é mais que uma revista, é uma ferramenta de transformação!



POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ



A ANAN - Associação Nacional da Advocacia Negra -, realizou no dia 15 de abril, às 17h, uma reunião histórica com o presidente da OAB/SP, Dr. Leonardo Sica, e a secretária-adjunta, Dr^a. Viviane Scrivani. Também estiveram presentes lideranças importantes da advocacia e da luta antirracista, como Dr. Sinvaldo Firmo, Dr. José Silvestre, representantes da ABJD e outras organizações.

A principal pauta da reunião foi o comprometimento da OAB-SP com a inclusão real e efetiva da advocacia negra nos espaços de poder do sistema de Justiça, especialmente no Tribunal de Justiça de São Paulo.

O presidente da ANAN, Dr. Estevão Silva, foi enfático ao expor uma realidade incontestável: precisamos de um desembargador negro indicado a partir da lista sêxtupla da OAB. Nunca houve um advogado ou advogada negra ocupando uma vaga no Tribunal de Justiça de São Paulo pelo Quinto Constitucional, mesmo sendo o TJ-SP o maior tribunal da América Latina. Para ele, esse fato revela não apenas o racismo estrutural presente no sistema de justiça, mas também a omissão de setores que se dizem progressistas. “Precisamos enfrentar o racismo estrutural com coragem. Enquanto continuarmos dialogando com movimentos hegemônicos, elitistas e que sequer se posicionam claramente contra qualquer mudança no status quo, não avançaremos.”, afirmou.

POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ

Durante a reunião, a ANAN entregou uma Carta de Intenções à presidência da OAB-SP, reforçando sua posição sobre a necessidade de uma agenda institucional em favor da igualdade racial. A carta pede que a OAB-SP assuma, de forma clara e objetiva, a responsabilidade de incluir a advocacia negra nas próximas indicações ao Quinto Constitucional, garantindo representatividade nos mais altos cargos do Judiciário paulista. A luta por essa vaga não é apenas simbólica — trata-se da afirmação de um direito e de uma reparação histórica.

Dr. Leonardo Sica ouviu atentamente os posicionamentos da ANAN, reconheceu os obstáculos existentes dentro da própria estrutura da OAB e do Judiciário, e se comprometeu a colaborar com a causa. Ele sinalizou apoio à pauta da ANAN e se prontificou a auxiliar no agendamento de reuniões com o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo e com o governador Tarcísio de Freitas, para que o tema avance de forma concreta. Ainda destacou que, apesar das resistências, está aberto a fortalecer o diálogo com movimentos que lutam por igualdade racial.



Dr. José Silvestre - Diretor Jurídico da ANAN
Dr. Leonardo Sica - Presidente da OAB/SP.

**“NUNCA HOUVE UM ADVOGADO
OU ADVOGADA NEGRA
OCUPANDO UMA VAGA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO
PAULO PELO QUINTO
CONSTITUCIONAL, MESMO
SENDO O TJ-SP O MAIOR
TRIBUNAL DA AMÉRICA
LATINA.**

Dr. Estevão Silva

POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ

A presença de lideranças da ABJD e de outras organizações reforçou o peso da reunião, demonstrando que o pleito da ANAN não é isolado, mas representa uma demanda coletiva da sociedade por justiça racial. É preciso que a OAB-SP compreenda que não há mais espaço para omissão: uma gestão que se declara inclusiva e progressista não pode ignorar a ausência total de negros e negras entre os indicados ao Quinto Constitucional. O silêncio institucional é, também, uma forma de conivência com a exclusão. A reunião do dia 15/04 marca um novo capítulo na luta pela democratização do Judiciário. O futuro da Advocacia Negra está sendo escrito agora, e a ANAN segue mobilizada, propositiva e firme em seu propósito de garantir equidade, justiça e representatividade. Chegou a hora da OAB-SP fazer o mesmo. O racismo institucional precisa ser enfrentado com ações concretas – e a inclusão de advogados e advogadas negras nos tribunais é um passo urgente nessa direção.



Dr. Leonardo Sica - presidente da OAB/SP

Dr^a. Viviane Scrivani - Diretora Adjunta da OAB/SP

Dr. Nilton Lima - Coordenador da ANAN



POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ

Associação Nacional da Advocacia Negra- ANAN

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
– SEÇÃO DE SÃO PAULO**

Dr. LEONARDO SICA:

OAB/SP
Gabinete da Presidência
recebido em 15/04/25
Luiz Carlos

A **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA NEGRA- ANAN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 40.415.880/0001-81, sediada na Rua da Abolição, nº. 167 – Bela Vista, São Paulo – SP, CEP: 01319-010, **representante legal da advocacia negra brasileira, com mais de 25 mil associados em todo território nacional**, dirige-se ao ilustre Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (OAB/SP), reconhecendo sua **luta histórica em prol da equidade racial**, conforme demonstrado pela **Resolução nº 6/2025**, que estabelece que a lista sêxtupla para o Quinto Constitucional deverá atender ao percentual mínimo de 30% de advogados(as) negros(as) (pretos ou pardos), definidos conforme critérios subsidiários de heteroidentificação, com a obrigatoriedade de paridade de gênero na reserva de cota racial.

- Considerando os princípios da igualdade e da reparação histórica, que ecoam em documentos como a **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Convenção de Durban)**, especialmente em seus princípios consistentes com a temática da eliminação da discriminação racial e da promoção da igualdade.
- Considerando o **Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial**, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reforça a necessidade de ações afirmativas no âmbito do Poder Judiciário para combater e corrigir as desigualdades raciais e eliminar o racismo estrutural, com o objetivo de fortalecer uma cultura de equidade racial por meio de medidas concretas e temporárias que assegurem a representação de grupos raciais historicamente marginalizados.
- Considerando a **sub-representação histórica e estrutural de advogadas e advogados negros no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)**, onde se constata que apenas um dos 360 desembargadores se autodeclara preto.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA NEGRA- ANAN

Rua da Abolição nº 167, Bela Vista - São Paulo/SP. CEP: 01319-10

e-mail: associacaoadvnegro@gmail.com; tel: (11) 95081-9942 | (11) 96833-2272

Página 1

POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ

Associação Nacional da Advocacia Negra- ANAN

O ilustre Presidente, sabendo da **urgente necessidade da redução das desigualdades raciais e na busca pela efetiva inclusão da advocacia negra**, historicamente discriminada, nos Tribunais Superiores, se compromete a fazer todo o possível para a **inclusão de pessoas negras nas vagas de desembargadores(as) no TJ/SP**.

Tal medida é vista como um **passo concreto e indispensável para enfrentar a profunda e inaceitável sub-representação racial no Tribunal de Justiça de São Paulo**, para dar efetividade à Resolução nº 6/2025 da OAB/SP, para se alinhar com os objetivos do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial do CNJ e para promover uma justiça mais equitativa, diversa e representativa para a sociedade paulista, podendo servir como um **modelo inspirador para outras seccionais da OAB e para outras instâncias do sistema de justiça na busca por uma maior equidade racial**.

Termos em que,

Dou tudo por bom, firme e valioso.

Renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

7

Dr. Estevão Silva; _____

Dr. Jose Silvestre _____

Dra. Sue Circunde; _____

Dr. Sinvaldo Firmo; _____

Dr. Nilton Lima; _____

Dr. Anderson Veloso; _____

Dra. Silmara Pereira; _____

Dra. Priscila Menezes; _____

1) _____

2) _____

3) _____

4) _____

5) _____

6) _____

7) _____

8) _____

9) _____

10) _____

11) _____

12) _____

13) _____

14) _____

POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ



POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ



CARTA ABERTA À OAB-SP

AS VAGAS DO QUINTO CONSTITUCIONAL 2025

CARTA ABERTA À OAB-SP SOBRE O QUINTO CONSTITUCIONAL E A NECESSIDADE DE GARANTIA DE EFETIVA INCLUSÃO RACIAL

A Associação Nacional da Advocacia Negra (ANAN), comprometida com a equidade racial e a democratização do acesso aos espaços de poder, dirige-se à OAB-SP para propor um modelo de composição da lista sêxtupla do Quinto Constitucional que efetivamente garanta a nomeação de pessoas negras ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Atualmente, a paridade de gênero e raça na formação da lista sêxtupla – com dois homens brancos,

duas mulheres brancas, um homem negro e uma mulher negra – representa um avanço na representatividade inicial. No entanto, as fases subsequentes do processo, conduzidas pelo Tribunal de Justiça e pelo Governador do Estado, seguem critérios essencialmente políticos, que historicamente resultam na exclusão de advogados negros da nomeação final. A consequência desse desenho é a perpetuação de um Tribunal de Justiça estruturalmente excludente. **Dos 360 desembargadores do TJSP, apenas um se autodeclara preto.**

Dessa forma, a OAB-SP garantirá que, ao menos, uma das vagas seja preenchida por um advogado ou advogada negra.

Esse dado, por si só, revela a insuficiência das medidas adotadas até agora e reforça a necessidade de mecanismos mais eficazes para assegurar a presença de magistrados negros no Tribunal.

Em 2025, com a abertura de três vagas pelo Quinto Constitucional da Advocacia, surge uma oportunidade histórica para corrigir essa distorção.

Assim, a ANAN propõe que a OAB-SP adote um modelo de formação de listas que efetivamente garanta que pelo menos uma das vagas seja ocupada por um advogado ou advogada negra ao final do processo. Sugerimos a elaboração de três listas sêxtuplas, da seguinte forma:

- **Lista 1** composta exclusivamente por advogados e advogadas brancas (três homens brancos e três mulheres brancas)
- **Lista 2** composta exclusivamente por advogados e advogadas brancas (três homens brancos e três mulheres brancas)
- **Lista 3** composta exclusivamente por pessoas negras (três homens negros e três mulheres negras)

Esse modelo mantém os 18 nomes que comporão as três listas sêxtuplas, sem qualquer exclusão, e assegura que a diversidade racial não seja apenas um critério formal na composição das listas, mas um fator determinante no processo de nomeação final.

Dessa forma, a OAB-SP garantirá que, ao menos, uma das vagas seja preenchida por um advogado ou advogada negra, possibilitando um avanço concreto na representatividade racial dentro do Tribunal de Justiça.

POR UMA LISTA NEGRA PARA AS VAGAS DO STJ

Dessa forma, a OAB-SP garantirá que, ao menos, uma das vagas seja preenchida por um advogado ou advogada negra.

Esse dado, por si só, revela a insuficiência das medidas adotadas até agora e reforça a necessidade de mecanismos mais eficazes para assegurar a presença de magistrados negros no Tribunal.

Em 2025, com a abertura de três vagas pelo Quinto Constitucional da Advocacia, surge uma oportunidade histórica para corrigir essa distorção.

Assim, a ANAN propõe que a OAB-SP adote um modelo de formação de listas que efetivamente garanta que pelo menos uma das vagas seja ocupada por um advogado ou advogada negra ao final do processo. Sugerimos a elaboração de três listas sêxtuplas, da seguinte forma:



- **Lista 1** composta exclusivamente por advogados e advogadas brancas (três homens brancos e três mulheres brancas)
- **Lista 2** composta exclusivamente por advogados e advogadas brancas (três homens brancos e três mulheres brancas)
- **Lista 3** composta exclusivamente por pessoas negras (três homens negros e três mulheres negras)

Esse modelo mantém os 18 nomes que compõem as três listas sêxtuplas, sem qualquer exclusão, e assegura que a diversidade racial não seja apenas um critério formal na composição das listas, mas um fator determinante no processo de nomeação final.

Dessa forma, a OAB-SP garantirá que, ao menos, uma das vagas seja preenchida por um advogado ou advogada negra, possibilitando um avanço concreto na representatividade racial dentro do Tribunal de Justiça.

“ A ANAN TEM DESAFIADO AS OLIGARQUIAS DA JUSTIÇA BRASILEIRA. NÃO IREMOS NEGOCIAR NOSSOS PRINCÍPIOS. “O QUE A VIDA QUER DA GENTE É CORAGEM”.

Estevão Silva





“DIFERENTEMENTE DAS FEMINISTAS BRANCAS, QUE DESDE Cedo RESPIRAM SUAS REGRAS COMO AR NATURAL, A NÓS, MULHERES NEGRAS, CABE A ÁRDUA TAREFA DE DECIFRAR CÓDIGOS, SIMULAR PERTENCIMENTO EM ESPAÇOS MUITAS VEZES HOSTIS E, AINDA ASSIM, ERGUER A VOZ EM DEFESA DE NOSSOS DIREITOS.”

MANUELA THAMANI. Codiretora executiva do Observatório da Branquitude.

ENTRE RUÍNAS E RECONSTRUÇÕES

EM MARÇO, CELEBRAMOS A LUTA DAS MULHERES AO REDOR DO MUNDO, MAS TAMBÉM ENXERGAMOS AS CONTRADIÇÕES DESSA MESMA LUTA



“ QUAL RETROCESSO É MAIS FLAGRANTE DO QUE ANULAR O PROTAGONISMO DE MULHERES NEGRAS, AO SE SUSTENTAR UM UNIVERSAL BRANCO COMO NORMA?

MANUELA THAMANI

Bacharel em Administração de Empresas (USP) e Mestra em Comunicação (USP). Trabalhou em multinacionais, veículos de mídia e fundações. É Codiretora Executiva do Observatório da Branquitude.

Março é um mês de paradoxos. Um mês em que se celebra a luta das mulheres ao redor do mundo, mas também um mês que expõe, com muita nitidez, as contradições dessa mesma luta. Neste março, tive a felicidade e a responsabilidade de estar na Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW69 (*Commission on the Status of Women*), em Nova York, acompanhando a delegação brasileira na Comissão da ONU sobre o Estatuto da Mulher, mas sobretudo aprendendo com as nossas mais velhas, mulheres negras históricas em suas batalhas diárias, como Lúcia Xavier e Gilmaria Cunha; e também me inspirando com as nossas mais novas, como Luyara Franco e Luana Maria.

Sempre me sinto dividida nesses espaços. De um lado, a empolgação de participar e observar de perto os ritos, as liturgias e a diplomacia de um mundo construído sob a égide da supremacia branca, um espetáculo a um só tempo fascinante e excludente.

Por outro lado, persiste a angústia de saber que esses espaços de poder foram construídos para nos repelir, mesmo que nutramos a ilusão de que a ONU seja um espaço de acolhimento universal. A realidade nos mostra o contrário.

E, diferentemente das feministas brancas, que desde cedo respiram suas regras como ar natural, a nós, mulheres negras, cabe a árdua tarefa de decifrar códigos, simular pertencimento em espaços muitas vezes hostis e, ainda assim, erguer a voz em defesa de nossos direitos.

**ENTRE RUÍNAS E RECONSTRUÇÕES
EM MARÇO, CELEBRAMOS A LUTA DAS MULHERES AO
REDOR DO MUNDO, MAS TAMBÉM ENXERGAMOS AS
CONTRADIÇÕES DESSA MESMA LUTA**

MANUELA THAMANI



**QUAL RETROCESSO É MAIS
FLAGRANTE DO QUE ANULAR O
PROTAGONISMO DE MULHERES
NEGRAS, AO SE SUSTENTAR UM
UNIVERSAL BRANCO COMO
NORMA?**

Apesar do entusiasmo pela conexão global e pela diversidade cultural que a CSW proporciona, uma sensação de desalento paira sobre tudo. Como combater uma estrutura que, por excelência, já parece quebrada? Como lutar por mudanças dentro de um jogo em que parecemos ser peças manipuladas por interesses diplomáticos? A prova mais cruel disso foi a exclusão de um parágrafo fundamental da declaração final deste ano. Um parágrafo que reconhecia a contribuição das mulheres e meninas afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades e ressaltava a importância de sua participação plena e equitativa. Esse avanço, conquistado com muito esforço pelo movimento de mulheres negras brasileiras, foi simplesmente descartado.

Dizem que foi uma escolha estratégica para evitar retrocessos ainda maiores. Qual retrocesso é mais flagrante do que anular o protagonismo de mulheres negras, ao se sustentar um universal branco como norma?

A CSW69 me evoca a melodia de Caetano: “Aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína”. A ruína de um sistema que nos oprime, que nos invisibiliza, que nos nega o direito de sermos protagonistas de nossa própria história. Mas, paradoxalmente, a ruína nos possibilita a construção de um novo mundo, e esse novo mundo que precisamos já foi concebido na “[Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015](#)”.

A “Carta da Marcha” de 2015 é um documento poderoso que expressa a visão e as reivindicações de nós, mulheres negras, e há uma passagem em particular que resume a essência dessa luta por um “Bem Viver”. Diz assim: “Nossa concepção de Bem Viver é incompatível com o capitalismo racista patriarcal excludente, que nos engessa em espaços sociais de exploração, subalternidade e marginalidade, e que associa qualidade de vida a consumo. Exige, pois, transformações radicais no modelo de sociedade que temos, em sua estrutura e valores.

ENTRE RUÍNAS E RECONSTRUÇÕES EM MARÇO, CELEBRAMOS A LUTA DAS MULHERES AO REDOR DO MUNDO, MAS TAMBÉM ENXERGAMOS AS CONTRADIÇÕES DESSA MESMA LUTA

MANUELA THAMANI

É, portanto, inconciliável com propostas desenvolvimentistas, violentas, exploradoras, privatizadoras e monopolizadoras de saberes e recursos (saberes e fazeres que correspondem ao padrão tecnológico das sociedades, em que a tecnologia está relacionada com a arte de decidir bem sobre o território e suas riquezas naturais, materiais e simbólicas)”.
“

**A ‘CARTA DAS MULHERES
NEGRAS’ PULSA VIDA,
RADICALIDADE, UM CAMINHO
‘FORA DA ORDEM’ DESSE
SISTEMA QUE NOS LEVA AO
PRECIPÍCIO**

Em vez de meras declarações formais, como as que emanam da CSW e de outros encontros da ONU e que frequentemente se perdem em meio à burocracia, a “Carta das Mulheres Negras” pulsa vida, radicalidade, um caminho “fora da ordem” desse sistema que nos leva ao precipício. Ela não se limita a ser um documento estático; é um instrumento vivo, que se recusa a prescrever.

Em novembro deste ano, a segunda marcha reunirá mais de um milhão de mulheres em Brasília, trazendo em sua centralidade o Bem Viver e, de forma igualmente contundente, erguendo a bandeira da reparação.

Essa marcha não é apenas um evento, mas um grito que desafia a própria ordem estabelecida, uma insurreição de amor que se recusa a seguir o compasso da injustiça. É um compromisso visceral com a construção de um mundo no qual as vidas negras sejam protagonistas, em que a dignidade seja a melodia que embala nossos passos. Essa ordem, que nos silencia e oprime, nunca nos serviu. Urge habitar “fora da ordem”, não como exiladas, mas como criadoras de um novo compasso, reinventando o ritmo, dançando a liberdade.

Observatório da Branquitude é uma organização da sociedade civil fundada em 2022 e dedicada a produzir e disseminar conhecimento e incidência estratégica com foco na branquitude, em suas estruturas de poder materiais e simbólicas, alicerces em que as desigualdades raciais se apoiam.

Os artigos publicados pelos colunistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam as ideias ou opiniões da Gama.

Fonte Revista GAMA.

Data: 21 de março de 2025.

Disponível em

:<https://gamarevista.uol.com.br/colunistas/observatorio-o-da-branquitude/entre-ruinas-e-reconstrucoes/>

Porte de arma para advogados



OS ADVOGADOS IRÃO MANCHAR SUAS MÃOS DE SANGUE: UM ALERTA SOBRE O PORTE DE ARMAS NA ADVOCACIA



**“ E A IMAGEM DA ADVOCACIA, JÁ
FRAGILIZADA EM TANTOS ASPECTOS,
SERÁ DEFINITIVAMENTE MANCHADA DE
SANGUE.**

RICARDO MARTINS

Advogado Criminalista, Professor de Direito Processual
Penal e Membro da ANAN

A proposta legislativa de conceder porte de arma de fogo a advogados, encabeçada por alguns parlamentares sob o argumento da autoproteção, ressurge como um risco simbólico e prático à própria essência da advocacia. Na contramão do que preceitua o Estado Democrático de Direito, essa iniciativa representa um retrocesso institucional e ético, mascarado sob uma pretensa necessidade de segurança.

A advocacia é, por natureza, uma profissão de palavras, não de pólvora. A Constituição Federal consagra o advogado como essencial à administração da Justiça (art. 133), e essa essencialidade se funda no conhecimento jurídico, na racionalidade argumentativa

e no compromisso com a pacificação social — jamais na ameaça ou no uso de força letal.

O risco real que se esconde por trás do projeto de ampliação do porte de armas para advogados não se resume à exceção, mas sim à banalização. Ao transformar o advogado em potencial portador de arma letal, enfraquece-se a simbologia do profissional como mediador de conflitos e amplifica-se uma perigosa cultura de confronto. Afinal, ao invés de buscar o diálogo, a resolução judicial e a proteção institucional, estaríamos admitindo que o próprio advogado atue com o instinto de defesa armado, tornando-se, em última instância, também uma figura de risco.

Além disso, o argumento da proteção pessoal, utilizado como sustentação para o

OS ADVOGADOS IRÃO MANCHAR SUAS MÃOS DE SANGUE: UM ALERTA SOBRE O PORTE DE ARMAS NA ADVOCACIA

RICARDO MARTINS

projeto, não encontra respaldo fático robusto.

Casos de agressões físicas ou ameaças a advogados no exercício da função, embora existam, são estatisticamente raros. E quando ocorrem, devem ser enfrentados com políticas públicas de segurança, mecanismos de proteção funcional e punição exemplar aos agressores — e não com a substituição da toga pelo coldre.

Outro ponto crucial é o uso indevido da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil como pretexto para obtenção do porte. Como se sabe, há um contingente considerável de bacharéis em Direito que não exercem a profissão, mas que poderiam buscar a carteira da OAB única e exclusivamente para ter acesso ao armamento.

Essa instrumentalização da advocacia representa uma afronta à dignidade da profissão e abre caminho para que indivíduos que nada têm a ver com o compromisso da defesa técnica se tornem potenciais agentes de violência armada.

É também preciso considerar o impacto numérico e social dessa medida. O Brasil possui mais de um milhão de advogados inscritos — maior número absoluto do planeta —, resultado de um sistema educacional jurídico amplamente mercantilizado. Liberalizar o porte para essa massa de pessoas é, sem eufemismos, armar uma multidão. E, como a experiência demonstra, quanto maior o número de armas em circulação, maior o número de mortes, de acidentes, de homicídios por impulso e de tragédias cotidianas.

**“ A ADVOCACIA É, POR
NATUREZA, UMA
PROFISSÃO DE
PALAVRAS, NÃO DE
PÓLVORA.**

Não é difícil imaginar o cenário: desentendimentos em fóruns, brigas de trânsito, discussões interpessoais — todas potencialmente agravadas pelo simples fato de uma das partes estar armada. O advogado que hoje representa a razão e a palavra, amanhã poderá, num ato impensado, figurar nas manchetes policiais. E a imagem da advocacia, já fragilizada em tantos aspectos, será definitivamente manchada de sangue.

OS ADVOGADOS IRÃO MANCHAR SUAS MÃOS DE SANGUE: UM ALERTA SOBRE O PORTE DE ARMAS NA ADVOCACIA

RICARDO MARTINS



IMAGEM DO SITE: JUSBRASIL: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/alteracao-no-decreto-presidencial-libera-porte-de-arma-para-advogados/711730073>

Por fim, é preciso reafirmar: as armas do advogado são a Constituição, a jurisprudência, a petição bem escrita, o *habeas corpus* bem fundamentado, a sustentação oral precisa. São essas as ferramentas que libertam inocentes, garantem direitos e constroem justiça. Trocar esse arsenal intelectual por um coldre é renunciar à própria identidade da profissão.

Portanto, que não se insista nesse erro histórico. Que não se arme a advocacia.

Que não se manche com sangue aquilo que foi concebido para defender a vida, a liberdade e a justiça.

“NÃO É DIFÍCIL IMAGINAR O CENÁRIO: DESENTENDIMENTOS EM FÓRUNS, BRIGAS DE TRÂNSITO, DISCUSSÕES INTERPESSOAIS – TODAS POTENCIALMENTE AGRAVADAS PELO SIMPLES FATO DE UMA DAS PARTES ESTAR ARMADA.

Porte de arma para advogados



PORTE DE ARMA DE FOGO PARA ADVOGADOS E ADVOGADAS



**“ O ARGUMENTO RELACIONADO À
POSSIBILIDADE DE 'UMA CHANCE DE SE
DEFENDER' IGNORA O FATO DE QUE OS CRIMES
CONTRA A VIDA [...] SÃO COMETIDOS,
GERALMENTE, COM O ELEMENTO SURPRESA,
SEM DAR OPORTUNIDADE DE DEFESA À VÍTIMA.**

Osias P. Peçanha

Advogado, Professor de Direito (graduação e pós-graduação),
Doutorando em Ciências Humanas-Sociologia (PPGSA IFCS-UFRJ),
Mestre em Direito (UNESA), Especialista em Direito Público, com
Docência no Ensino Superior (UNESA).

A Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece logo no seu artigo primeiro que o Brasil se constitui em um “Estado Democrático de Direito”. Nos incisos desse mesmo artigo a Carta Magna informa que os fundamentos sobre os quais está assentado o novo Estado são: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político. Separando para análise apenas o primeiro – a soberania – percebemos que esse fundamento pode ser interpretado tanto como um atributo do Estado, nas suas relações internas, como por exemplo o poder de *imperium*, quanto nas suas relações exteriores, com outros “Estados soberanos”. A soberania, no entanto, não se restringe a um atributo apenas dos Estados.

Em um Estado Democrático de Direito, em especial em uma sociedade que se pretenda liberal, cada indivíduo integrante dessa sociedade é um ser soberano em sua singularidade. Nesse sentido, desde que cumpridos os requisitos previstos em lei, todo cidadão, no exercício dessa soberania, pode exercer qualquer direito para o qual esteja devidamente habilitado. No caso específico, o porte de arma de fogo para advogados e advogadas, o entendimento não pode ser diferente. Louvável a lei que regulamenta a questão, mesmo porque outras categorias profissionais, tão importantes quanto o exercício da advocacia para a administração da justiça, já gozam do mesmo direito, o que independe da preferência ou opinião de outrem sobre os benefícios ou riscos de termos cada vez mais pessoas, civis, portando armas de fogo no meio social.

PORTE DE ARMA DE FOGO PARA ADVOGADOS E ADVOGADAS

OSIAS P. PEÇANHA

Lado outro, os argumentos utilizados para justificar o projeto e sua aprovação se mostram falaciosos e carecem de sustentação razoável. O PL número 2734/2021, ora em análise, apresenta suas justificativas nos seguintes termos:

“A atuação do advogado pode desagradar o cliente ou a parte contrária, a ponto de o profissional ser ameaçado ou atacado por vingança.

Segundo a OAB, de 2016 a 2019, 80 advogados foram assassinados. Apenas em julho de 2018, nove advogados foram mortos em sete Estados. Em 28 de outubro de 2020, dois advogados foram mortos a tiros em Goiânia a mando de um fazendeiro, porque obtiveram êxito em uma ação de reintegração de posse.

**“ ESSA ISONOMIA SERIA
MAIS ÚTIL SE FOSSE
EFETIVAMENTE
OBSERVADA NAS
QUESTÕES PROCESSUAIS
[...] E NÃO COMO
ARGUMENTO PARA ARMAR
ADVOGADOS.**

“Nessas situações, o porte de arma de fogo daria ao advogado uma chance de se defender de uma injusta agressão e de tentar salvar sua vida. Além disso, de acordo com o art. 6º da Lei nº. 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), “não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos”. Se os membros da Magistratura, conforme o inciso V do art. 33 da Lei Complementar nº 35, de 1979 – Lei Orgânica da Magistratura Nacional, e do Ministério Público, conforme o art. 42 da Lei nº 8.625, de 1993 – Lei Orgânica do Ministério Público, têm direito a porte de arma de fogo, os advogados também merecem a mesma prerrogativa por uma questão de isonomia e por causa dos riscos pessoais inerentes ao exercício da advocacia, da magistratura e do ministério público”.

PORTE DE ARMA DE FOGO PARA ADVOGADOS E ADVOGADAS

OSIAS P. PEÇANHA

Desnecessário entrarmos na discussão sobre as consequências sociais de termos cada vez mais pessoas armadas na sociedade. Todavia, o argumento relacionado à possibilidade de “uma chance de se defender” ignora o fato de que os crimes contra a vida, nas formas que o PL tem a pretensão de que o advogado enfrente, são cometidos, geralmente, com o elemento surpresa, sem dar oportunidade de defesa à vítima. Em outras palavras: o autor do fato surge já “de arma em punho”. O segundo argumento, isonomia, também não se justifica e carece de razoabilidade. Essa isonomia seria mais útil se fosse efetivamente observada nas questões processuais, tais como célere acesso aos autos de processo ou inquérito, célere atendimento pelos magistrados, etc; questões que sempre estão a demandar intervenção de Delegados de Prerrogativas. A justificativa do Projeto de Lei em comento melhor se assentaria na soberania individual do advogado ou da advogada, partes que são de um Estado Democrático de Direito, não porque

“necessitam” promover sua autodefesa, ou porque “se os juízes e promotores podem eu também quero poder”, mas, sim, porque sou soberano para decidir se devo ou não portar uma arma de fogo.

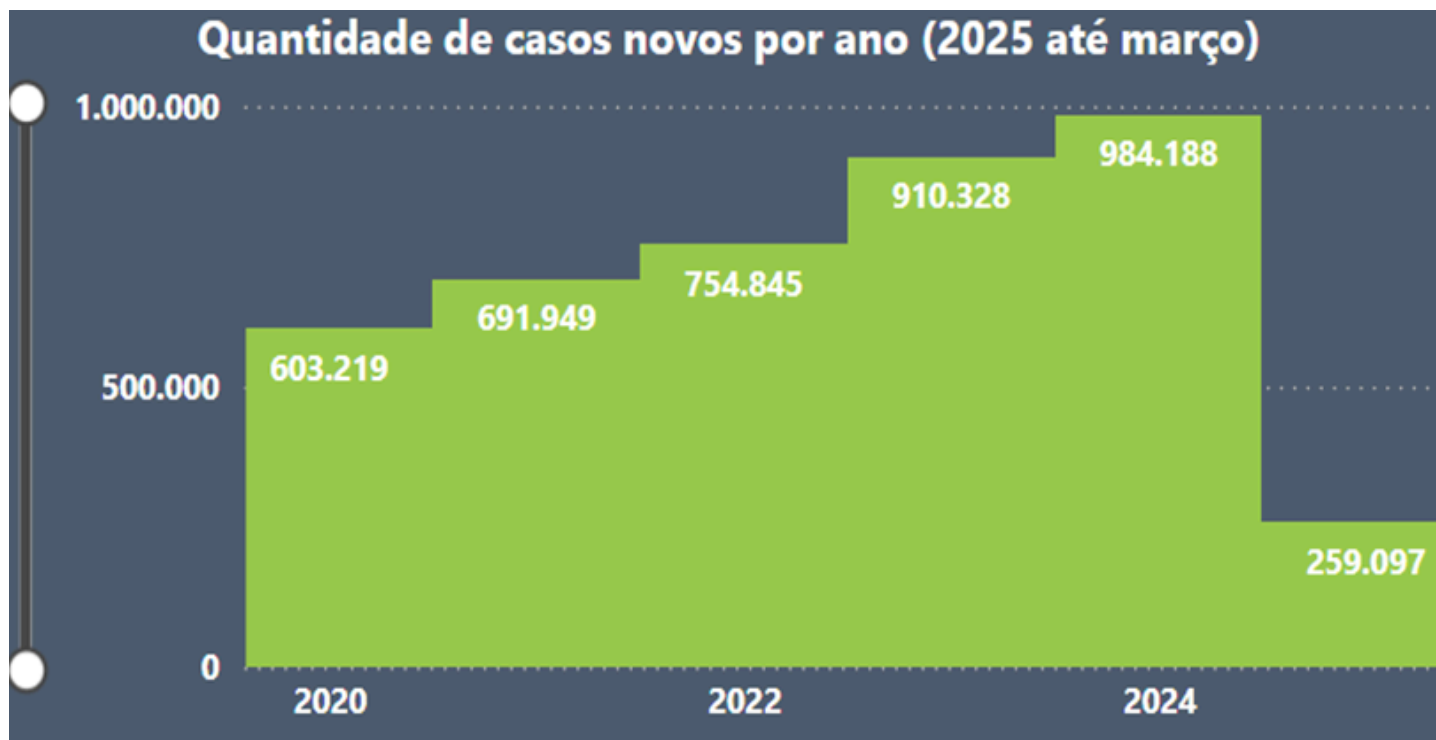
O PL 2734/2021 aparentemente tenta chamar a atenção da sociedade para uma preocupação com uma questão de segurança pública, nesse contexto, talvez fosse o caso de dirigirmos um olhar para o PL 4797/2024 que “Dispõe sobre a comercialização, a aquisição, a posse e o porte de sprays de pimenta (gás oleorresina *capsicum*) e armas de incapacitação neuromuscular (armas de eletrochoque) para a defesa pessoal de mulheres maiores de 18 anos, em todo o território nacional.” Segundo noticiou a Agência Brasil em 13/05/2025 “a cada 17 minutos, ao menos uma mulher foi vítima de feminicídio em 2024”[1]. No “Painel Violência Contra a Mulher”[2], do Conselho Nacional de Justiça, é possível observar o alto número de casos de violência contra a mulher. O PL 4797/2024, portanto, apresenta um potencial de alcance social de grande relevância.

[1]Fonte:<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/cada-17-horas-ao-menos-uma-mulher-foi-vitima-de-feminicidio-em-2024>.

[2] Fonte: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contramulher/>

PORTE DE ARMA DE FOGO PARA ADVOGADOS E ADVOGADAS

OSIAS P. PEÇANHA



Embora louvável a preocupação com a segurança dos advogados e advogadas, as justificativas do PL 2734/2021 se assentam em premissas frágeis. A fundamentação na soberania do indivíduo, em um Estado Democrático de Direito, mormente em uma sociedade que se pretende liberal, vai ao encontro da razoabilidade fundamental. A preocupação com a segurança pública demanda uma maior atenção e maior concentração de esforços na aprovação do PL 4797/2024.

“

**DESNECESSÁRIO
ENTRARMOS NA
DISCUSSÃO SOBRE
AS
CONSEQUÊNCIAS
SOCIAIS DE TERMOS
CADA VEZ MAIS
PESSOAS ARMADAS
NA SOCIEDADE.**

Março de 2025

A Escola de Faraós é uma instituição dedicada a transformar vidas por meio do conhecimento financeiro, da organização pessoal e do despertar de uma mentalidade de prosperidade.



Escola de Faraós

@escoladefaraos

Aqui, ensinamos que **enriquecer vai além de acumular dinheiro** — trata-se de alcançar **liberdade, equilíbrio e realização**. Acreditamos que prosperidade verdadeira não se mede pelo saldo da conta bancária, mas pela paz que você sente ao deitar a cabeça no travesseiro.

Vem aí...

FESTA DA ANAN 2025

DIAS

27 E 28 DE AGOSTO

**VOCÊ NÃO PODE
PERDER!!!**

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA NEGRA
EXCELÊNCIA EM ADVOCACIA**

JANTAR DE GALA DA ANAN



JANTAR DE GALA DA ANAN



JANTAR DE GALA DA ANAN



JANTAR DE GALA DA ANAN



A photograph of three women at a social gathering. On the left, a woman in a blue sequined dress holds a drink. In the center, a woman in a red velvet dress holds a phone. On the right, a woman in a black dress holds a drink and has a large floral tattoo on her arm. The background is blurred with warm lights.



Março de 2025

JANTAR DE GALA DA ANAN



LUIZ GAMA E ESPERANÇA GARCIA: ESCRITA NEGRA COMO RESISTÊNCIA EPISTÊMICA NA HISTÓRIA DO BRASIL



**NO BRASIL ESCRAVOCRATA, A ESCRITA
FOI UMA ARMA DE LIBERTAÇÃO E
AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA PARA
SUJEITOS NEGROS QUE DESAFIARAM A
OPRESSÃO COLONIAL E ESTRUTURAL.**

ANTONIO LEANDRO FAGUNDES SARNO

Advogado; Pós-Graduado em Políticas Públicas pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB;
Presidente da Comissão de Combate à Intolerância
Religiosa da OAB/BA - Subseção de Vitória da Conquista
(2025-2027).

No Brasil escravocrata, a escrita foi uma arma de libertação e afirmação identitária para sujeitos negros que desafiaram a opressão colonial e estrutural. Luiz Gama (1830-1882) e Esperança Garcia (1751-?), embora separados por séculos, representam marcos inaugurais da resistência epistêmica negra, utilizando a palavra escrita como ferramenta de denúncia, justiça e reconstrução da memória coletiva. Seus legados ressoam até hoje, inspirando movimentos contemporâneos, incluindo a advocacia negra brasileira.

Luiz Gama: O Advogado dos Escravizados:

Filho de uma africana livre e vendido como escravo pelo próprio pai aos 10 anos, Gama aprendeu a ler e escrever aos 17, conquistando sua liberdade aos 18 por meio de recursos jurídicos. Autodidata, tornou-se abolicionista, jornalista e advogado provisionado, destacando-se na luta contra a escravidão no século XIX. Sua trajetória reflete a potência da linguagem jurídica e literária como instrumento de subversão: em 1870, libertou 42 escravizados em Jundiaí (SP) usando o direito colonial contra seus próprios agentes. Seus poemas satíricos, artigos e petições não somente denunciavam a violência racial, mas reconfiguravam a ordem simbólica, afirmando que sujeitos negros poderiam produzir saber e justiça em um sistema que os negava.

LUIZ GAMA E ESPERANÇA GARCIA: ESCRITA NEGRA COMO RESISTÊNCIA EPISTÊMICA NA HISTÓRIA DO BRASIL

ANTONIO SARNO

Esperança Garcia: A Primeira Voz Escrita de uma Escravizada:

Em 1770, Esperança Garcia, uma mulher negra cativa no Piauí, escreveu uma carta ao governador da capitania denunciando maus-tratos sofridos por ela e sua família na Fazenda Algodões. Considerado um dos primeiros registros escritos por uma mulher negra escravizada no Brasil, seu texto transcendeu a simples reclamação: era uma petição jurídica e religiosa, mobilizando argumentos como o direito ao batismo e à unidade familiar para exigir justiça. Ao assinar com seu nome — ato raro para uma escravizada —, Garcia quebrou convenções sociais, tornando-se porta-voz de outras vozes silenciadas. Sua escrita, marcada por metáforas como “colchão de pancadas”, antecipou a literatura de testemunho negro, evidenciando resistência individual e coletiva.

Escrita Negra como Resistência Epistêmica:

A produção textual de Gama e Garcia não se limita ao relato de opressões: configura-se como “escrevivência” (Evaristo, 2010), prática que entrelaça vivência e resistência, reafirmando a humanidade negra em um mundo que a negava. Para Santos (2007), suas obras exemplificam as epistemologias do Sul, saberes subalternizados que contestam o monopólio ocidental do conhecimento. Ao dominarem códigos simbólicos do poder — como o direito e a religião —, Gama e Garcia subverteram estruturas de opressão, criando narrativas que reescrevem a história a partir do lugar de fala negro.

**“ EM 1770, ESPERANÇA
GARCIA [...] ESCREVEU UMA
CARTA AO GOVERNADOR [...]
MOBILIZANDO ARGUMENTOS
COMO O DIREITO AO
BATISMO E À UNIDADE
FAMILIAR PARA EXIGIR
JUSTIÇA.**

LUIZ GAMA E ESPERANÇA GARCIA: ESCRITA NEGRA COMO RESISTÊNCIA EPISTÊMICA NA HISTÓRIA DO BRASIL

ANTONIO SARNO

**Legado e Relevância
Contemporânea**

Hoje, a escrita de Gama e Garcia inspira a advocacia negra a enfrentar o racismo estrutural, a invisibilidade histórica e a desigualdade. Seus textos, além de documentos do passado, são armas para a construção de uma sociedade mais justa. A resistência epistêmica que protagonizaram ecoa em iniciativas como a valorização de narrativas periféricas, a revisão de cânone literário e jurídico, e a luta por políticas reparatórias. Como afirmou o Dr. Thomaz Alves Júnior no século XIX: “O escravo que aprende a ler e escrever não pode ser mais escravo” (apud SILVA, 2000, p. 142). Gama e Garcia provaram isso — e seu legado continua vivo, como denúncia, esperança e projeto de emancipação.

**“O ESCRAVO QUE
APRENDE A LER E
ESCREVER NÃO PODE
SER MAIS ESCRAVO”
(DR. THOMAZ ALVES
JÚNIOR, SÉC. XIX).**

**“ A PRODUÇÃO TEXTUAL DE
GAMA E GARCIA [...]
CONFIGURA-SE COMO
‘ESCREVIVÊNCIA’, PRÁTICA
QUE ENTRELAÇA VIVÊNCIA E
RESISTÊNCIA, REAFIRMANDO
A HUMANIDADE NEGRA EM UM
MUNDO QUE A NEGAVA.**

Referências:

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: escrevivência. In: DUARTE, Constância Lima; NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2010. v. 1, p. 319-326.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. Cortez, 2007.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. Aprenda com a perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na corte. Brasília: Editora Plano, 2000.



Pluralidade e

Coragem: Mulheres

que Revolucionam a

Justiça

**AQUI,
SEU ANÚNCIO
ENCONTRA
O PÚBLICO
CERTO.
ANUNCIE!**



ENTRE VISTAS



Priscila Menezes

PRISCILA MENEZES

entrevista:

Valdelice Veron



VALDELICE VERON

Nasceu em um contexto de luta e resistência, uma realidade que moldou sua identidade como mulher Kaiowá. Desde cedo, ela aprendeu que a vida era marcada pela luta para preservar o modo de vida e a cultura de seu povo, mesmo diante de adversidades extremas. Crescendo ao som dos cantos sagrados e das danças tradicionais, Valdelice foi imersa em um universo de resistência cultural que é transmitido de geração em geração.

VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E

ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO

Ritos de Passagem e Educação Kaiowá

Valdelice destaca a importância dos ritos de passagem que marcam a vida das mulheres Kaiowá. Um desses rituais, chamado Kunyakoti, celebra a reclusão da menina como parte de sua transição para a vida adulta. Durante este período, que pode durar de 30 a 60 dias, as jovens aprendem os cantos sagrados, a dança e os saberes milenares de seu povo. Valdelice passou por esse rito mesmo enfrentando as condições adversas de viver na beira da estrada, onde sua mãe, juntamente com outras matriarcas, manteve viva essa tradição.

Esses momentos foram essenciais para moldar sua força e identidade como mulher indígena.

Ela também enfatiza a diferença entre a educação indígena e a educação escolar indígena.

Para os Kaiowá, a verdadeira educação começa ao redor do fogo, aprendendo os saberes tradicionais, como a medicina ancestral e a conexão espiritual com a terra. Valdelice defende que esta educação é fundamental para preservar a cultura e a memória coletiva de seu povo.



A Luta pela Terra e os Saberes Milenares

A luta de Valdelice Veron também é marcada pela resistência contra o deslocamento forçado de seu povo.

Quando os Kaiowá foram jogados à margem da sociedade, arrancados de suas terras e confinados em reservas indígenas, Valdelice viu sua cultura ser ameaçada pela catequização e pelas políticas de integração que buscavam apagar a identidade indígena. Apesar disso, ela se manteve firme na preservação dos ritos e saberes de seu povo, enfrentando o desafio da *"morte dos saberes"*, que ocorre quando as tradições são arrancadas dos territórios sagrados.

VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E

ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO

Machismo, Racismo e Preconceito

Como mulher indígena, Valdelice também enfrenta o machismo estrutural, o preconceito e o racismo, tanto dentro quanto fora de sua comunidade. Ela relata os desafios de liderar em espaços em que as lideranças indígenas catequizadas carregam preconceitos contra as mulheres. Mesmo assim, Valdelice continua a lutar para fazer "o papel falar", buscando direitos por meio da escrita e do diálogo com o sistema judiciário, ainda que muitas vezes tenha que explicar ou desenhar seu modo de vida para ser compreendida.

Uma Mensagem de Esperança

Apesar das ameaças e perseguições que enfrenta, Valdelice mantém sua luta viva através do canto, da dança e do uso do umbaracá, símbolos de sua conexão espiritual e força ancestral. Ela encoraja as mulheres a valorizarem seu espírito e a enfrentarem as adversidades com coragem. Para Valdelice, ser mulher Kaiowá é carregar a força da guardiã da terra, Jequakui, e transformar essa força em união e resistência.

Valdelice Veron é um símbolo de perseverança e esperança para futuras gerações de mulheres indígenas. Sua mensagem ecoa como um lembrete de

que, mesmo diante das adversidades, é possível preservar a identidade, a cultura e os direitos de seu povo. Ela nos ensina que a luta é mais do que resistência; é um ato de amor e conexão com a terra e com as raízes ancestrais.



VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E**ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO**

Transcrição dos áudios:

Para eu crescer em um contexto de luta, resistência indígena, quando eu me conheci assim como um ser humano, eu já estava, eu nasci na luta, cresci na luta, vivo na luta, na resistência. Então, eu cresci através do canto, da dança, essa foi uma das primeiras lutas, né? A resistência do nosso modo de vida, a resistência do modo de vida da mulher Kaiowá. E com essa resistência, eu vou começar a falar com o nosso canto sagrado.

É... Esse aqui é um canto sagrado, né? Da mulher, quando pisa na terra, porque quando pisamos no nosso chão, o chão, brilha, traz o brilho, traz o respirar. Essa é a nossa forma de olhar a terra. E nós, mulheres Kaiowá, a nossa resistência nessa luta, né? Crescer na luta não é fácil, porque nós mulheres temos a nossa especificidade, né? Nós temos o nosso rito de mulher Kaiowá, o rito da primeira menstruação, da passagem.

E esse rito, eu fiz na minha dissertação de mestrado, eu expliquei um pouco de como é feito. Inclusive, é o único ritual ainda que conseguimos fazer até hoje, da mulher. Do homem, é o Kunumi Pepu, que é o ritual da perfuração labial, que não existe mais.

Porém, esse rito da mulher ainda existe, porque os pesquisadores não-indígenas, eles não podem participar, não podem ver. Nós que vamos ser matriarcas, nós mulheres Kaiowá, somos matriarcais por natureza. E quando passamos por esse rito, conforme o lugar sagrado de onde viemos, conforme a missão, o caminho que vamos traçar, ficamos de 30 a 60 dias em recluso.

E para poder, durante essa reclusão, ouvimos os cantos sagrados, a dança, as ervas, o cheiro, o mato. Temos que aprender a ler, isso eu chamo de arqueologia Kaiowá. Chamo também de como decifrar uma etnografia Kaiowá.

Isso também eu escrevi um pouco na minha dissertação de mestrado. Então, é um pouco disso, a luta. Por que eu falo que a luta é resistência? Porque nesse período, nós fomos jogados na beira da estrada.

E lá na beira da estrada, a minha mãe e as matriarcas, n'andési, mantiveram esse ritual. Mesmo embaixo de lona, me manteve em



VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E**ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO**

reclusão durante 60 dias. Para eu me tornar essa mulher que sou.

E não é fácil, porque jogados na beira da estrada, temos então essa luta para manter o nosso modo de vida. Porque no território é onde nós vivemos, é onde nós nos formamos enquanto pessoa, enquanto mulher. E jogado na beira da estrada é muito mais difícil, mas mantivemos esse nosso modo de vida.

E quando esse corte, essa ruptura acontece, porque por falta dos remédios tradicionais, da medicina tradicional, do canto sagrado, da dança sagrada, acontece a morte dos tradicionais saberes. Esses saberes milenares que são repassados através da memória coletiva, ela é arrancada, ela é morta. Atinge o nosso povo de uma forma muito cruel.

E isso aconteceu quase que com todo o povo onde teve essa ruptura. Quando, com a criação das reservas indígenas, o povo foi arrancado de suas terras e jogado dentro das reservas. E lá na reserva começou, o governo começou a implantar a catequização, a educação não indígena, porque a língua indígena era feia.

Para a gente deixar do que a gente é e seguir uma vida não indígena. É o que o governo queria, o pensamento do governo naquela época era isso. E hoje também, essa ideia de integração, assimilação.

“NÓS MULHERES TEMOS A NOSSA ESPECIFICIDADE, NÉ? NÓS TEMOS O NOSSO RITO DE MULHER KAIOWÁ, O RITO DA PRIMEIRA MENSTRUÇÃO, DA PASSAGEM.

E aí é a morte dos saberes. Mas nós mulheres caímos, nós somos muito resistentes, porque a educação indígena é diferente da educação escolar indígena. A educação indígena começa ao redor do fogo.

Hoje de manhã eu estava aqui fazendo remédio para minha filha, que se machucou no braço. E eu estava explicando para ela que esse remédio é milenar. Essa educação indígena começa através do canto, da dança, da nossa medicina.

E isso acontece, e isso quase que teve uma ruptura total, uma morte total desses saberes com as reservas indígenas. Então, eu vejo que a mulher é muito forte, a mulher caiu muito forte. Porque com toda essa política de integração forçada, se manteve o nosso rito de reclusão da menina, chamado de Kunyakoti.

A minha filha passou por essa reclusão. E o nosso papel de mulher é a união. Nós somos as donas do fogo.

VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO

O fogo significa a união, unir as pessoas. Nós hoje enfrentamos muito o preconceito, o racismo, a misoginia. É muito forte em nosso meio.



**“ SENDO QUE A GRANDE
SER DO FIRMAMENTO
NÃO É HOMEM. A GRANDE
SER DO FIRMAMENTO
NÃO É MULHER.**

Porque isso foi um grande papel da colonização, no qual a mulher tinha que estar calada. Essa é uma forte devastação, eu vou falar assim, que chegou através da colonização. Esse machismo estrutural, esse patriarcado, que veio através da catequização.

Sendo que a grande ser do firmamento não é homem. A grande ser do firmamento não é mulher. E as pessoas insistem em homem-mulher.

A grande ser do firmamento não olha assim. E a guardiã da terra é a Jequakui. Ela que fez a terra.

Ela que formou a terra. Por isso que nós temos a propriedade, a representatividade enquanto mulher. Porque a Jequakui é a grande guardiã da terra para nós.

E o nosso direito hoje não é dado, ele é conquistado através de muito sangue da mulher. Muita morte da mulher. Porque muitas mulheres tiveram que morrer esfaqueadas, degoladas, tiradas à força, estupradas.

VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E**ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO**

Para poder conseguir um pouquinho de direito no papel. Quando nós fomos jogados na beira da estrada, o meu pai falou para mim. Você tem que fazer o papel falar, você tem que ir lá fazer o papel falar.

E muitas vezes não é fácil fazer o papel falar. A gente tem que, primeiro, fazer o papel ser ouvido. Principalmente no judiciário.

Explicar, literalmente, às vezes desenhar para o judiciário. Como é o nosso modo de vida, por que nós agimos assim. Porque o nosso tempo, o nosso dia é diferente do não indígena.

E muitas vezes nós temos que nos adequar ao modo não indígena para a gente poder entender o outro. Meu pai falava para mim, quando estiver na cidade você tem que observar tudo para poder entender o modo não indígena. E eu continuo levando isso comigo.

E muitas vezes não é fácil, porque ser mulher indígena em espaço de lideranças, não é fácil, porque nós temos lideranças indígenas que foram catequizadas. Que têm um pensamento diferente, que foi um dia colocado na cabeça deles. E que não é assim.

“

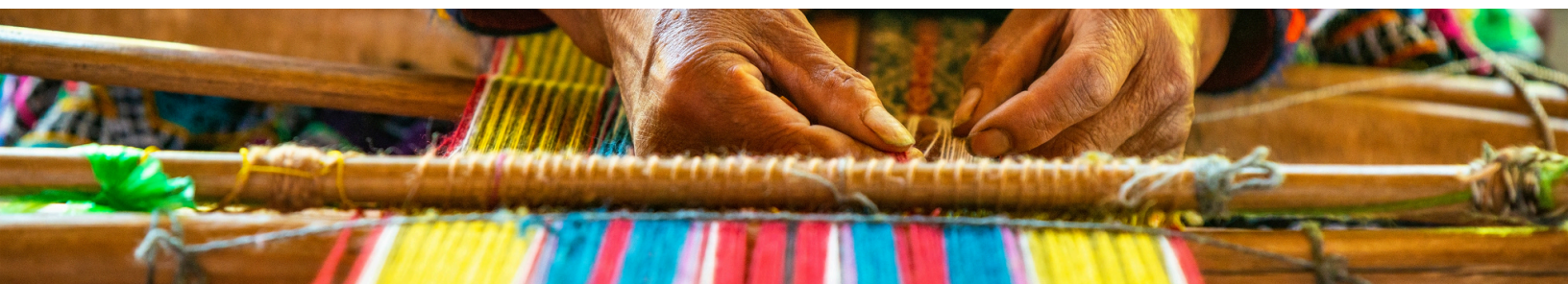
E MUITAS VEZES NÃO É FÁCIL FAZER O PAPEL FALAR. A GENTE TEM QUE, PRIMEIRO, FAZER O PAPEL SER OUVIDO. PRINCIPALMENTE NO JUDICIÁRIO.

E a misoginia é muito forte, às vezes. Principalmente dessas lideranças catequizadas, integradas. Principalmente de outras etnias que não falam mais a sua língua, é muito difícil.

Porém, a gente tenta manter o nosso modo de vida. E muitas vezes a gente leva a crítica. E eu estou acostumada com isso.

Porém, ameaça e perseguição são mais cruéis. Porque a gente nunca sabe o que vai acontecer quando a gente virar a esquina. A gente nunca sabe o que vai acontecer, o que vão fazer com a gente.

Eu nunca sei quando eu vou, nunca sei se volto. Eu sempre falo para minhas filhas, eu não sei se volto. Então, a gente tem que estar preparado, porque o sistema, o latifundiário, ele não aceita essa mulher kaïowá que sou hoje.



VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E**ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO**

O latifundiário está fazendo de tudo para poder calar a minha boca. E isso, muitas vezes, me afeta também, afeta o espírito. E esse tempo que vivemos, um tempo de machismo, quanto mais conseguimos o direito, quanto mais conseguimos o direito no papel, fazemos o papel falar, o racismo, o preconceito, o patriarcado, imperam.

E o que eu uso como estratégia? A minha estratégia maior é o meu canto, a minha dança e o meu umbaracá. Eu peço sempre para os guardiões, para as guardiãs, para que elas possam me guardar, me guardar do tiro, me guardar das ameaças, me guardar da morte. E o machismo, o machismo tem imperado aqui, principalmente na Reserva Indígena de Jaguapiru, onde tem guarani kaiowá, terena e não indígena.

E são muito fortes. Os pastores, a catequização é muito forte. Então, o machismo é muito forte.

E, às vezes, temos lutado, chorado, gritado junto com as mulheres. E nós temos sido, nós que socorremos umas às outras quando acontece algo de ruim. Todas juntas, mulheres, guarani kaiowá e terena.

“EU PEÇO SEMPRE PARA OS GUARDIÕES, PARA AS GUARDIÃS, PARA QUE ELAS POSSAM ME GUARDAR, ME GUARDAR DO TIRO, ME GUARDAR DAS AMEAÇAS, ME GUARDAR DA MORTE.



E, muitas vezes, eu tenho hoje tentado fazer o papel falar, porque, através da escrita, hoje eu penso nas palavras que o meu pai falava para mim, que ser uma mulher indígena em um país que tenta constantemente apagar a nossa cultura e a nossa existência, a gente tem que fazer o papel falar. A gente tem que escrever, a gente tem que falar, a gente tem que lutar todos os dias para poder mostrar que a gente está vivo, que a nossa voz tem que ecoar para todos os lados, para todos os cantos. Para a gente poder ter um pouquinho de reconhecimento. Mesmo assim, ainda carregado de machismo e inveja dos homens, desses homens que não aceitam nós, mulheres, com a nossa vestimenta, com a nossa pintura.

E esses homens cruéis, esses não indígenas, esses brancos que, muitas vezes, tentam nos calar, nos matar. **E tenho enfrentado, e enfrento ainda, muito preconceito, muito racismo da parte dos não indígenas nas universidades, principalmente aqui no Mato Grosso do Sul.**

VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E**ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO**

No Mato Grosso do Sul, eu tenho minhas tristezas.

Outro dia, nós fizemos um concurso, eu posso falar isso sem medo. Eu, Tonico Benítez, e outros, Claudemiro, Lescano, Ivanusa, outros doutores, todos caímos no ar. Nós fizemos um concurso e fomos ver o resultado do concurso. Deram zero para nós.

E o tema era a educação indígena. A educação indígena começa com o nosso canto e com a dança. Essas pessoas que deram zero para a gente escreveram sobre a nossa história, mas não sabem nada sobre a educação indígena.

E deram zero para nós. E esse é um dos grandes desafios, porque eles têm medo, eles temem a gente dentro da universidade. Eles temem a gente dentro da sala de aulas.

Eu vejo isso, esse enfrentamento que nós temos travado mesmo no Mato Grosso do Sul. Concurso na universidade aqui no Mato Grosso do Sul é difícil. Com muita luta, com muita luta mesmo, nós conseguimos ter um concurso específico e diferenciado.

Nós fizemos até um grupo dos excluídos. E, através disso, conseguimos o concurso no FGD, no qual passaram, acho que, quatro indígenas. Mas nesse concurso eu já não fiz mais, porque nós caiuí, somos assim.



E DERAM ZERO PARA NÓS. E ESSE É UM DOS GRANDES DESAFIOS, PORQUE ELES TÊM MEDO, ELES TEMEM A GENTE DENTRO DA UNIVERSIDADE. ELES TEMEM A GENTE DENTRO DA SALA DE AULAS.

Quando a gente é excluído de um lugar, a gente não volta. Mas eu estou feliz, porque passaram quatro pessoas ali indígenas caiuí. Então, o que eu gostaria de falar, de deixar de legado para futuras gerações de mulheres e povos indígenas no Brasil? Nós temos que, primeiramente, olhar para a gente, olhar para o nosso espírito.

Enquanto mulher, olhar para você e sorrir para você, olhar para você, para o seu espírito, sorrir para o seu espírito. Ame você, o seu espírito, a mulher. Você, mulher, você é linda.

Você é que pisa na terra, no chão. Você é ao redor do fogo. Você é no seu escritório.

Você ali viajando. Você ali na pescaria. Ou você ali ensinando.

Você, mulher, você tem que olhar para o seu espírito. Aconteça o que acontecer. Pode chorar.

VALDELICE VERON: UMA VOZ KAIOWÁ DE RESISTÊNCIA E ESPERANÇA: A TRAJETÓRIA DA LIDERANÇA INDÍGENA QUE LUTA PELA PRESERVAÇÃO DA CULTURA E DOS DIREITOS DE SEU POVO

Chora, chora tudo. Mas de manhã você tem que se olhar e falar para o seu espírito. Você está viva.

É isso que importa. O que acontece com o nosso corpo, essas cicatrizes, essa dor aí no seu corpo vão passar. Já passaram.

O seu espírito que tem que ter a força e coragem de enfrentar todo dia, porque ninguém vai atingir o seu espírito. Ninguém vai atingir o nosso espírito, enquanto mulheres que somos. É isso que eu vou deixar para cada uma das mulheres que me ouvem.

É gratidão.



ENTRE VISTAS



Priscila Menezes

PRISCILA MENEZES entrevista:

Agnaldo Pataxó Hã-Hã-Hãe



Agnaldo Pataxó Hã-Hã-Hãe

Agnaldo Pataxó Hã-Hã-Hãe é uma destacada liderança indígena nacional e atua como coordenador-geral do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (MUPOIBA). Ele foi reeleito para essa função por decisão coletiva de caciques e cacicas, refletindo a confiança contínua das comunidades indígenas em sua liderança. Além de sua atuação no MUPOIBA, Agnaldo Pataxó também ocupa uma posição de destaque no cenário nacional. Em abril de 2024, ele tomou posse como membro titular do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), durante uma cerimônia realizada no Palácio da Justiça, em Brasília. O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Na ocasião, foram homologadas duas novas Terras Indígenas, incluindo a TI Aldeia Velha, em Porto Seguro (BA), que beneficia diretamente a comunidade Pataxó.

Agnaldo Pataxó tem participado ativamente das reuniões do CNPI, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Sua atuação é marcada pelo compromisso com a união e representatividade dos movimentos indígenas, visando a construção de um futuro mais forte e coletivo para essas comunidades.

AGNALDO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE**1. Como você descreveria a missão e o papel da APIB no cenário político e social brasileiro atual?**

Eu acho que o papel da APIB é muito importante no cenário político brasileiro, certo? A APIB é uma articulação dos povos indígenas do Brasil. Aí temos, na verdade, a PIB é composta de várias organizações regionais. No caso aqui do Nordeste, a gente chama de APOINME, que é composta de várias organizações locais, regionais, estaduais. A APIB, como tem uma representação no nível de Brasília, ela é importante para a gente porque é esse embate em nível nacional, a APIB consegue fazer pra gente. E o acompanhamento em nível nacional, ele é mais complexo, e acaba tendo informações. E nós, nos fazemos representados nessa maneira de organização que temos. A APIB completa as nossas demandas que saem aqui da nossa comunidade e acabam tendo o reflexo direto no cenário.

2. Quais são os principais desafios enfrentados pela APIB hoje?

É essa questão de autonomia financeira. É um contexto que todo movimento enfrenta. E a APIB também enfrenta. Nosso movimento não tem financiamento. Então a gente vive de projeto. Às vezes, a gente compromete nosso trabalho, nossa dependência, nossa articulação justamente por isso. Acho que é um grande desafio nesse cenário, no qual a gente precisa de autonomia para definir as nossas políticas.

3. Como a coordenação da APIB organiza sua atuação em um país com tanta diversidade indígena?

Ela é por região. Cada região do Brasil. Nós temos a APOINME que é a do Nordeste, Minas Gerais e o Espírito Santo, aí nós temos a ARPIN Sul, que é a da região sul do Brasil. Deste modo, em cada região nós temos uma organização indígena que compõe a APIB. Aí cada organização dessa, possui um representante seu que compõe essa comissão de articulação da PIB. Então os membros dessa organização é que formam a APIB.



AGNALDO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

4. Qual a sua avaliação sobre as políticas públicas voltadas aos povos indígenas nos últimos anos?

As políticas públicas voltadas a nossos povos dependem dos governos. Então, isso é muito complexo. Quando tem governos que são sensíveis à causa, eles acabam tendo um desenvolvimento com mais desenvoltura. Quando o governo não é sensível à pauta, trava-se essa questão a respeito das políticas públicas.

Atualmente, as políticas têm avançado. Tem avançado muito a passos largos na desenvoltura para nossa comunidade. Porém, para melhorar as políticas públicas, precisa demarcar os nossos territórios. Este é um tema que entrava no governo, por tantas e tantas leis. E não têm aumentado a demarcação dos nossos territórios.

A política pública que mais atrapalha a gente é a segurança pública, porque as violências que nossos povos sofrem são muitas.

Outra é o acesso à saúde. O acesso à saúde é muito complicado.



5. Como a APIB tem atuado no enfrentamento do chamado “Marco Temporal”?

É Mobilização. A gente das bases tem feito mobilizações, com incidência nos políticos, com os quais nós conversamos e temos proximidade, e a APIB é no nível jurídico, né? Ela vem acompanhando, orientando as bases, em nível jurídico, para que nós possamos fazer movimentar esta questão. E de articulação em Brasília, nós compreendemos que, isto depende de votos e, muitas vezes, a gente não consegue ter voto para aprovar determinadas pautas. Mas também compreendemos que é muito importante continuar com as nossas mobilizações, nossas ações, inclusive, trazendo visibilidade à sociedade sobre o que tem acontecido. A questão do Marco Temporal, por exemplo, já ganhamos no Supremo Tribunal uma vez, mas o retrocesso, com a instauração, de uma entre aspas, traz medo de conciliação.

6. Quais são as prioridades da APIB.

É a demarcação dos territórios. Isso é fundamental. Sem a demarcação dos territórios, qualquer outra política é inviável. Porque a demarcação dos territórios vai a favor da preservação do meio ambiente. Isso que é fundamental para a gente. Aí você, avalia pelas outras políticas públicas, mas de fundamental importância, por esta razão não dá para a gente abrir mão.



AGNALDO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE**7.Qual o papel dos povos indígenas na luta pela preservação da Amazônia e de outros biomas?**

A preservação do meio ambiente, claro que não é só o Amazonas. Há um jargão, quando se fala em meio ambiente, fala só em Amazonas, para a gente do Nordeste, tem que estar no meio ambiente. E a preservação do meio ambiente, para nós, de todas as organizações de nossa luta, é pela compreensão e a referência da maneira de ver a terra. A terra, a gente vê nas organizações de nossos povos, a terra não como um negócio, mas sim como a vida. E aí, por isso, ela deve ser bem tratada. Por isso que ela é importante. E por esse motivo que a gente sempre fala, se todos compreendessem o valor da terra, nós teríamos melhor qualidade de vida. Mais o valor da terra só pode ser reconhecido também da compreensão da vida. Se a gente compreende que a vida é só até 80, 90, 100 anos, a gente não vai valorizar a terra. Mas se a gente compreende que a vida é eterna, a gente valoriza a terra. Porque nós vamos nos preocupar com o que vamos deixar para as nossas futuras gerações. E para nós, a vida ela é eterna. E a gente vive na ancestralidade. Por isso, a vida não se acaba. A vida para mim nunca se acaba. Eu sou eterno. Depois que eu vou para o outro plano, eu vou viver

através dos meus netos e dos meus bisnetos, tataranetos, assim por diante. Por isso, que a terra é muito importante e precisa ser muito preservada para mim, porque eu me preocupo com o que eu vou deixar para as minhas futuras gerações. A minha vida não acaba aos 90, nem aos 100, nem aos 120 anos.

8.A APIB tem denunciado crimes ambientais e invasões. Como vocês lidam com essas situações e que tipo de apoio recebem?

Olha, as nossas organizações, a gente faz as denúncias na base, certo? Em nível local, em nível estadual, e a APIB denuncia a nível nacional. Essas denúncias são de maneira natural. A gente precisa falar para alertar a sociedade. A gente compreende que não havia isso aqui, se o Estado tivesse o seu papel.

9.Como vocês articulam a defesa dos territórios com pautas climáticas globais?

Essas questões aí, climáticas, são jargão de governo. Então é um jargão a gente gosta mais da praticidade. A gente compreende que há um jogo do branco, jogo de palavras, jogo de documentos, mas nós tratamos muito como prática. A prática é mais fundamental para nós. Então, essas questões climáticas globais, se discute muito, mas não se cumpre. A gente vê aí que vários países fazem suas metas.... Daqui a 10 anos, eles mesmos refazem as mesmas metas para mais dez anos. Então, essa é uma maneira de jargão. E a gente trabalha na prática, né? A ação climática nossa é obtida na

AGNALDO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE

prática. Se todos fizerem assim, teríamos outras situações.

10. Há iniciativas da APIB voltadas à juventude indígena e à preservação das línguas nativas?

Não é a APIB que tem as iniciativas, a iniciativa é os povos. A APIB não é um governo. A PIB é uma instituição de representatividade, então a APIB não tem iniciativa própria. A APIB é a nossa representatividade, nós temos que ter compreendido isso. A APIB não existe para traçar a meta para os povos, os povos que traçam as metas. E nós temos mais de setenta línguas, são diferentes. A APIB fala é articulada pela garantia dos nossos direitos.

11. Como a comunicação indígena (rádios, redes sociais, audiovisual) tem fortalecido a articulação dos povos?

Ela é importante para a gente. Nós temos dado mais visibilidade às lutas do nosso território. Temos dado mais visibilidade aos crimes que acontecem em nosso território. Então isso é importante para a gente. E todos em nível local, regional, estadual e nacional, nós temos transformado isso. É uma pauta grandiosa. Inclusive há algumas pessoas que têm corrido o mundo fazendo essas denúncias. Então o que possibilita isso é justamente esse canal social.



AGNALDO PATAXÓ HÃ-HÃ-HÃE**13. Como você vê o papel do Brasil na pauta indígena global?**

O Brasil é um país indígena e que não respeita os indígenas. O Estado brasileiro faz muitas vezes as leis para “inglês ver”. As leis no Brasil, no que diz respeito aos indígenas, não são respeitadas. Está aí o Supremo Tribunal Federal que disse, no primeiro momento, que o Marco Temporal é ilegal. E depois os deputados aprovam a lei de que é legal. E o Supremo vem dizer para o Congresso que é inconstitucional, não. Cria uma mesa de conciliação para poder justificar o apoio deles aos deputados. Então isso é o que tem no Brasil.

As pautas indígenas, no Brasil, não são respeitadas. A Constituição brasileira deu 5 anos para o Estado brasileiro demarcar os territórios. Isso foi em 1988. Olhe só quantos anos? Já se passaram quase 40 anos. E a terra nossa não foi demarcada ainda. Enquanto isso, os nossos povos vivem sendo assassinados. Pelos grileiros, pelos fazendeiros, pistoleiros. Diversos outros grupos de pessoas que fazem a ganância prevalecer dentro de nosso território.

**16. Quais foram os momentos mais marcantes da sua trajetória até aqui?**

Eu, por exemplo, sou forjado na luta local, no território Caramuru/Paraguassu. De lá para cá, não paramos. Nós temos uma demarcação no nosso território. Não foi uma demarcação fácil. Uma homologação já não foi fácil. Demarcação por atividade política, para fazer cessão junto com a sociedade. Para isso eu fui vereador, para poder a sociedade entender o nosso objetivo. Hoje não sou mais vereador. Nós estamos em uma luta pelo território do Tupinambá de Olivença. Articulando, mobilizando pela demarcação do território do Tupinambá, que hoje está emperrado no Supremo Tribunal Federal. Tudo pronto para ser demarcado há mais de 10 anos, e não foi demarcado ainda. Hoje eu sou Coordenador do MUPOIBA da Bahia, movimento geral, e integro o CNPI. É um momento alçado, na questão de luta.



ENTRE VISTAS



Priscila Menezes

PRISCILA MENEZES

entrevista:

Kunumi Jeguaka Saiju



Gualoy Kaiowá ou KUNUMI JEGUAKA SAIJU é uma

liderança jovem. Liderança indígena juind_gk (juventude indígena diversidade guarani kaiowá) do povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, atuante nas assembleias tradicionais do Aty Guasu e nas retomadas territoriais, especialmente nos tekoha como Panambi-Lagoa Rica, Douradina/MS e Caarapó/MS, ativista e militante de direitos humanos e na causa de interesses dos povos originários, principalmente o Povo Guarani Kaiowá.

KUNUMI JEGUAKA SAI

“ PARA FORTALECER A LUTA PELO DIREITO AO TERRITÓRIO DOS POVOS INDÍGENAS, A GENTE PRECISA ESTAR JUNTOS E SE REUNIR E SE IMOBILIZAR.

1 - Quais são os principais desafios que a juventude Guarani enfrenta atualmente em sua comunidade?

Nós estamos enfrentando várias violações de direitos humanos dentro do nosso povo. Jovens são violentados, assassinados e ameaçados, perseguidos, por defender suas comunidades indígenas dentro dessas regiões.

2 - Como você vê a relação entre os saberes tradicionais e a educação escolar formal?

É que hoje, a maioria das vezes, também, as escolas dentro das comunidades indígenas onde tem escolas formais, a maioria já está quase

e não estão fazendo a prática mas discutindo sobre saberes tradicionais dentro das escolas indígenas. Mas, também, alguma parte das escolas indígenas ainda continua trazendo a pauta sobre como, principalmente, o nosso tecô, que é chamado de “a nossa vivência”. O povo Guarani Kaiowá leva essa pauta nas escolas indígenas.

3 - De que forma a juventude pode fortalecer a luta pelos direitos territoriais dos povos indígenas?

Para fortalecer a luta pelo direito ao território dos povos indígenas, a gente precisa estar juntos e se reunir, e se articular juntamente com as nossas comunidades para promover essa grande mobilização para defender nosso direito.

KUNUMI JEGUAKA SAI

A união, a articulação e a mobilização para defender o nosso direito é o que tem fortalecido a luta, tanto pelo território, quanto por nossas comunidades.

4 - Quais são os principais obstáculos políticos e institucionais que a juventude Guarani enfrenta para garantir seus direitos dentro e fora da comunidade?

É que nós estamos levando tanto entre a gente, quanto nos meios institucionais, a luta pela demarcação de nossos territórios. Estamos lutando contra o Marco Temporal que ainda está nesse papel de discussão tanto no Supremo Tribunal Federal, quanto no Congresso Nacional. Então, isso é o principal desafio para nós, que estamos em representatividade dos povos.

5 - Por que as retomadas são importantes para o povo Guarani no MS?

A retomada é tão importante, porque a gente volta a retomar o que é da gente e dos nossos antepassados. Onde nossas comunidades, nossos povos indígenas de muitos tempos atrás foram expulsos dos territórios e por este motivo a gente volta a retomar os territórios.

**“ ESTAMOS LUTANDO
CONTRA O MARCO
TEMPORAL QUE AINDA
ESTÁ NESSE PAPEL DE
DISCUSSÃO TANTO NO
SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL, QUANTO NO
CONGRESSO NACIONAL.**

6 - O que muda na vida da comunidade depois de uma retomada?

A retomada muda para a gente voltar a trazer de novo a nossa espiritualidade e de onde nossos encantados vivem. Essa é a retomada. Então, para nós uma retomada é tão importante, pois resgata a nossa história.

7 - Como vocês lidam com a violência e criminalização das retomadas e quais são os principais desafios enfrentados durante as retomadas?

É essa perseguição. A gente enfrenta tantas violências que ameaçam a existência de nossa comunidade e de nosso povo. Isso é muito preocupante para nós, quando voltamos a retomar nossos territórios. E acaba que muitos latifundiários e o agronegócio se reúnem para atacar nossos povos. E isso, naturalmente, de modo ilegal, pois as decisões que tomam não possui respaldo em nenhum ato normativo.

KUNUMI JEGUAKA SAI

Os latifundiários, os fazendeiros, eles decidem, inclusive, sem ordens judiciais, e acabam promovendo despejo e, para isso, atacando os povos indígenas.

8 - Qual é o papel da cultura e da espiritualidade nas retomadas?

A cultura, a espiritualidade, para nós, é muito importante durante esse momento, para que os nossos deuses encantados não permitam que a gente possa passar numa situação como falei anteriormente, sobre as violações dos fazendeiros, especialmente do agronegócio.

9 - O que você espera do futuro das retomadas no MS?

É a gente continuar levando a nossa luta, a retomar o nosso território, o território sagrado, o território de nossos ancestrais, de nossa cultura, de

de nosso povo, de nossa identidade. As terras demarcadas, não são terras demarcadas pela gente, e sim de modo arbitrário, muitas vezes, sem considerar a história do povo, do lugar. Onde nos confinaram para a gente pudesse viver com a nossa cultura, mas isso não foi com a cultura como a gente quer e como a gente vivia na época de nossos ancestrais, então a gente voltou a retomar o nosso território.

10 - Você pode contar um pouco sobre quem você é e de onde vem sua família?

A minha família vem de uma determinada aldeia. Hoje eu moro na Retomada há 11 anos. Aqui na Retomada, a Tatiá Segura, Tatiá Indígena, Panamila Guarica.

11 - Como é o processo de se tornar um rezador na sua comunidade e qual é o papel do rezador dentro da comunidade Guarani?

Não é você se tornar, como se fosse a decisão por uma profissão, ofício ou formação. Em nossa cultura, você já vem praticando desde criança. A tradição Guarani-Kaiowá, considera isso para escolher. De você ser rezador ou para a liderança e diversos outros papéis, para que você assuma a frente nas suas comunidades.

12 - Como as rezas se relacionam com a natureza e com os espíritos na sua tradição?

A natureza tem vida, ela pulsa, respira e integra.

KUNUMI JEGUAKA SAI

A natureza ouve o canto sagrado do povo Guarani-Kaiowá. Tanto do povo Kaiowá, quanto do povo Guarani. São cantos diferentes daqueles do povo Guarani-Nhandeva e Kaiowá. Então, a natureza, ela ouve a gente. Cada povo, ele tem os seus cantos, mas cantos diferentes. Quando nós estamos falando, existe uma integração, uma harmonia com as plantas, as árvores, o território, a chuva, o frio, há comunicação. Então, a natureza tem vozes, ela tem ouvidos, ela percebe nosso olhar, ela vê o nosso modo de olhar, ela vê a nossa vivência. Então, é o básico para nós a realidade de que a gente fala com a natureza.



“A NATUREZA, PRATICAMENTE, ELE OUVES A GENTE. TEM VOZES, ELE TEM OUVIDO, ELE OUVES NOSSO OLHAR, ELE VER O NOSSO OLHAR, ELE VER NOSSA VIVÊNCIA.

13 - O que você acha que os não indígenas deveriam entender melhor sobre a espiritualidade Guarani?

A espiritualidade Guarani Kaiowá é muito especial, e algo muito simbólico para o nosso povo Guarani Kaiowá. Como por exemplo mesmo, existe o chamado de Mitakaraí. Mitakaraí é uma forma de batizado de criança. Então, várias coisas a gente tem no território e que fazem parte de nossas práticas, como o chamado de Rassupukum. Várias espiritualidades ainda a gente tem no canto tradicional Guarani Kaiowá.

14 - Que mensagem você gostaria de deixar para outros jovens Guarani que talvez queiram seguir o mesmo caminho que você?

É que a gente não deixe nunca de lutar pelo direito. O que a gente tem que viver é orgulho com nossas comunidades indígenas. Orgulho com nossos povos e orgulho com nossos encantados. E levar a nossa história, a nossa cultura, a nossa identidade, não abandonar a luta das nossas comunidades e de nossos povos.

OS DESAFIOS DAS PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS



“A EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E NÃO BINÁRIAS, É DE APENAS 35 ANOS

É inegável que o Brasil ocupa o triste posto de país que mais mata pessoas trans, travestis e não binárias, uma realidade que reflete o preconceito estrutural e a violência que permeiam nossa sociedade. Além disso, considerando que a expectativa de vida dessa população no país é de apenas 35 anos, torna-se evidente que essa comunidade enfrenta desafios extremos e está entre as mais vulneráveis de todas. Essa estatística alarmante não é apenas um número; ela representa vidas interrompidas, sonhos desfeitos e uma luta constante por sobrevivência em um ambiente hostil.

Diante desse cenário, é imprescindível que travestis e não binárias tenham acesso à educação, pois é um passo essencial para romper o ciclo de vulnerabilidade e abrir caminhos para que possam construir um futuro digno e pleno.

Mais do que isso, é fundamental que a sociedade brasileira se acostume a ver pessoas trans, travestis e não binárias ocupando espaços além da marginalização. É preciso que essas pessoas sejam reconhecidas como cidadãs plenas, capazes de ocupar posições de destaque e poder, como qualquer outro cidadão. Essa mudança de perspectiva é crucial para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária, em que todos tenham a oportunidade de viver com dignidade e respeito.

Ives Bittencourt

Homem cisgênero, homossexual, nordestino, gordo, branco, advogado humanista e antidiscriminatório, pós-graduado em direito e processo do trabalho, atual presidente da Comissão Permanente de Diversidade Sexual e Gênero da OAB/BA, supervisor voluntário do CEJUSC Garibaldi TJ/BA, mediador judicial, membro da Comissão de Direitos Humanos do IAB/BA e sócio fundador do escritório Abreu & Bittencourt Advocacia e Consultoria Jurídica. @ivesbittencourt

A PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ: AVANÇOS E DESAFIOS



**“ A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
AOS POVOS INDÍGENAS DEVE OBSERVAR
SUAS ESPECIFICIDADES
SOCIOCULTURAIS, SOB PENA DE
VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.**

PALOMA BANDEIRA

Advogada tributarista, membra da ANAN,
Coordenadora da Revista Vadne

Resumo:

Este artigo analisa a proteção jurídica conferida aos povos originários brasileiros com base na jurisprudência em teses do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destacando os principais entendimentos da Corte sobre direitos territoriais, autodeterminação, acesso a políticas públicas e respeito às especificidades culturais dos povos indígenas.

1. Introdução

Os povos originários no Brasil têm protagonizado uma longa e contínua luta pela garantia de seus direitos fundamentais, especialmente no que se refere à demarcação de terras, preservação de seus modos de vida e acesso a políticas públicas. A Constituição Federal de 1988 representou um marco na proteção dos direitos indígenas, reconhecendo-lhes sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras

que tradicionalmente ocupam (art. 231). Em consonância com este arcabouço constitucional, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem consolidado entendimentos relevantes por meio de sua jurisprudência em teses, contribuindo para a efetividade dos direitos dos povos indígenas.

ANAN EMPREGA
ananemprega@gmail.com

A PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ: AVANÇOS E DESAFIOS

PALOMA BANDEIRA

2. A Jurisprudência em Teses do STJ sobre Povos Originários

2.1. Direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas

A Corte reafirma de forma categórica que os direitos dos povos indígenas sobre suas terras são originários, ou seja, são anteriores à formação do Estado brasileiro e não dependem de ato administrativo para existir. A demarcação é meramente declaratória.

“Os direitos territoriais indígenas são originários e imprescritíveis, sendo a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas um ato administrativo de natureza declaratória.”

2.2. Imprescritibilidade da posse indígena

Outro ponto pacífico é que não corre prescrição contra a posse indígena tradicional. Assim, não é possível reconhecer usucapião ou decadência de direitos contra os povos indígenas:

“Não corre prescrição aquisitiva contra a posse indígena, pois se trata de posse exercida com

fundamento em direito originário.”

2.3. Legitimidade do Ministério Público

A jurisprudência reconhece expressamente a legitimidade ativa do Ministério Público para propor ações em defesa dos direitos indígenas, mesmo na ausência de provocação dos próprios indígenas, tendo em vista a vulnerabilidade histórica deste grupo:

“É legítima a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas, mesmo sem provocação dos interessados diretos.”

2.4. Proteção da identidade cultural

A jurisprudência também assegura a proteção da identidade cultural e dos modos de vida dos povos originários, inclusive em litígios envolvendo políticas públicas de saúde, educação e assistência social. O STJ já entendeu que a prestação desses serviços deve respeitar as especificidades culturais dos povos indígenas:

“A prestação de serviços públicos aos povos indígenas deve observar suas especificidades socioculturais, sob pena de violação ao princípio da dignidade da pessoa humana.”

A PROTEÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ: AVANÇOS E DESAFIOS

PALOMA BANDEIRA

3. Desafios e perspectivas

Embora o STJ tenha consolidado entendimentos relevantes, persistem desafios concretos na efetivação dos direitos dos povos originários. A morosidade nos processos de demarcação, os frequentes conflitos fundiários e a pressão por interesses econômicos sobre terras indígenas ainda representam entraves significativos. Além disso, a atuação judicial precisa ser acompanhada de políticas públicas robustas e interculturais que garantam não apenas a proteção formal dos direitos, mas sua implementação concreta e participativa.

4. Conclusão

A jurisprudência em teses do STJ representa um instrumento valioso de afirmação dos direitos dos povos originários, especialmente ao reafirmar a natureza originária e imprescritível de seus direitos territoriais, a legitimidade do Ministério Público para atuar em sua defesa e a necessidade de respeito à diversidade cultural. No entanto, a proteção efetiva desses direitos exige a conjugação de esforços institucionais, legislativos e sociais voltados à superação dos obstáculos históricos e à promoção da justiça social e interculturalidade.

**AQUI,
SEU ÁNÚNCIO
ENCONTRA
O PÚBLICO
CERTO.
ANUNCIE!**





PROJETO DA SILVA

@projetodasilva

GRUPO USAN



**"A NOSSA LUTA NÃO É POR
FAVOR, É POR PODER.
E O NOSSO PODER ESTÁ NO
SABER, NA UNIÃO E NA
CORAGEM DE OCUPAR TODOS
OS ESPAÇOS."**

CONVITE AOS ADVOGADOS E ADVOGADAS NEGRAS!

No **dia 03 de junho (segunda-feira), às 9h**, realizaremos uma reunião especial com representantes de empresas de jurimetria, robótica e inteligência artificial, voltadas ao atendimento de pequenos escritórios de advocacia.

O **objetivo é** conhecer as soluções tecnológicas disponíveis e entender como informatizar nossos escritórios, otimizando tempo, ampliando nossa capacidade de atendimento e fortalecendo a advocacia negra com inovação e eficiência.

📌 Público-alvo:
Advogados, advogadas e estagiários interessados na robotização e automação dos seus serviços jurídicos, com foco no aumento da produtividade e alcance..

💡 Com poucos profissionais, será possível atender centenas de clientes — com organização, estratégia e tecnologia!

📌 **Confirme sua presença até 01/06** para que possamos organizar a reunião e dimensionar o número de participantes. **Basta enviar seu nome completo aqui ou por e-mail/WhatsApp da ANAN.**

🤖 Vamos rumo à advocacia negra do futuro, com inteligência, estratégia e coletividade.



REUNIÃO USAN

USAN

JUNHO 03, 09H - 2025

**AUTOMAÇÃO
JURÍDICA**

(11) 95430-3241
@grupousan

USAN

ENTRE VISTAS



Priscila Menezes

PRISCILA MENEZES entrevista:

Camilo Kayapó



Pryré Kopngri Kayapó, ou Camilo Kayapó, é amazônida, pertencente ao povo Mebêngôkré-Kayapó, advogado vinculado à OAB/SP e Especialista em Direito, Processo e Execução Penal. Atualmente, gestor da Seção de Promoção da Cidadania da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo. Também é membro do Núcleo de Direitos Indígenas e Quilombolas da Comissão Permanente de Direitos Humanos da OAB/SP e da Frente Ampla Democrática pelos Direitos Humanos – FADDH.

CAMILO KAYAPÓ

1. Fale-nos sobre você e o início da trajetória na militância por direitos.

Minha infância se dividiu em dois períodos que englobam contextos e vivências completamente distintos. Nasci no estado do Amapá, às margens do grandioso Rio Amazonas, onde vivi até os 8 anos de idade. Meu pai, grande conhecedor das florestas locais, sempre me levava em suas andanças por aquelas paragens, onde tive o privilégio de me banhar nos mais belos igarapés que um dia já vi. Em meados de 2007, ao desembarcarmos no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, logo sentimos os impactos negativos e contrastantes da temida selva de concreto. Um ar carregado de poluição que nos fazia arder as narinas e o céu cinzento da grande metrópole em nada se pareciam com as belas paisagens das quais acabávamos de nos despedir. Meu pai, grande articulador das causas indígenas, sempre foi um exemplo para mim e meus irmãos. Desde cedo, fomos formados para lutar pelos direitos dos nossos povos, e a escolha pela advocacia não poderia ter outro motivo: obter conhecimentos que pudessem auxiliar na luta das bases e na garantia dos nossos direitos e vi na advocacia a oportunidade de promover esse movimento coletivamente.

2. Estar fora dos territórios e distante dos nossos, por si só, já é um grande desafio.

Atualmente, não é mais tão raro vermos indígenas ocupando espaços de prestígio e demonstrando suas competências técnicas enquanto profissionais das mais diversas áreas. Na área jurídica, em específico, podemos citar grandes advogados como Samara Pataxó, Paulo Pankararu, Álvaro Kaiowá, Ivo Makuxi, Maurício Terena, dentre diversos outros. Porém, ainda que ocupemos esses espaços, muitas vezes temos nossa credibilidade posta em dúvida, como se não fôssemos capazes de desempenhar nossas funções com competência e comprometimento pelo simples fato de sermos indígenas. A perpetuação desse pensamento racista nos afeta corriqueiramente nos espaços acadêmicos e profissionais, fazendo com que muitos parentes acabem duvidando de nosso potencial. Infelizmente, tive e ainda tenho que lidar com isso diariamente, e penso que esse seja um dos maiores desafios, não só para mim, mas para diversos outros parentes que estão nessa mesma batalha, em diferentes frentes de atuação.



CAMILO KAYAPÓ

3. Como isto se dá? Os processos de formação pelos quais passamos quando estamos fora dos nossos territórios, na maioria das vezes, tentam ofuscar nossos pertencimentos e ancestralidades, induzindo-nos ao enquadramento daquilo que é tido como aceitável para a sociedade não indígena. Com o processo de formação acadêmica não foi diferente. Do ensino básico ao ensino superior, seja na rede pública ou privada, observamos a negligência e a falta de habilidade do Estado e de muitos formadores e educadores ao lidarem com pessoas indígenas, em especialmente com aqueles, seguros e convictos de seus pertencimentos. Tomando como exemplo apenas minha passagem pelo ensino superior, observei diversas violências explícitas e veladas ao longo dos cinco anos de graduação. Penso que a maior delas seja a total ausência de menção aos direitos dos nossos povos nos currículos acadêmicos. Trata-se de um tipo de violência sistêmica, enraizada em muitas instituições de ensino, que acaba por promover a velha política de tentativa de apagamento dos nossos povos.



4. E a atuação? Em verdade, minha atuação junto aos órgãos públicos se deu muito mais no campo da promoção e gestão de políticas públicas do que no exercício da advocacia em si. Embora tais conhecimentos sejam essenciais para o desempenho dessas funções. Iniciei, em meados de 2022, minha atuação junto à Coordenação de Povos Indígenas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, responsável pela gestão de políticas públicas voltadas à população indígena do município. Tive a oportunidade de conhecer grandes lideranças da região sudeste e transitar pelos territórios indígenas localizados no município de São Paulo. Pude dialogar com lideranças de base e acolher as diversas e diversificadas demandas dos parentes aldeados e também daqueles que vivem em contextos urbanizados, nos diversos centros da grande metrópole. Nessa breve atuação, dois casos, em específico, me chamaram muita atenção, sobretudo pela forma como o Estado lidou com cada um deles: O primeiro trata-se do Projeto de Lei nº 181/2016, que tem por objetivo a instituição de uma política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social das Terras Indígenas, articulando políticas públicas voltadas aos territórios, especialmente na gestão das Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia, e na criação de Zonas de Amortecimento de impactos às comunidades indígenas frente ao avanço desenfreado da grande metrópole. Nove anos após sua propositura, o projeto acabou engavetado, sem grandes espaços para debates ou

CAMILO KAYAPÓ

construções coletivas e continua sendo, até os dias de hoje, uma das principais reivindicações dessas comunidades. O segundo foi o início das negociações entre o Estado e o povo Guarani Mbya para o que chamaram, na época, de “Processo de Revisão das Delimitações Territoriais” da Terra Indígena do Jaraguá, que vinha sofrendo diversas violações por parte de empreiteiras interessadas na construção de grandes empreendimentos na região, impactando diretamente a Terra Indígena e a vida dos parentes que ali vivem. Mais uma vez, a ausência de escuta e a tentativa de driblar os diálogos com as lideranças foi um fator explícito e marcante. Já em meados de 2024, passei para a Secretaria da Justiça e Cidadania e iniciei minha atuação junto à Coordenadoria Geral de Direitos Humanos, assessorando a gestão da então coordenadora, Maísa Costa, no desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos. Posteriormente, assumi a chefia da Seção de Promoção da Cidadania, já em 2025. Nesta oportunidade, pude estabelecer diálogos junto à Coordenadoria de Políticas para Povos Indígenas, atualmente dirigida pelo coordenador, Cristiano Kiririnju, que vem dando os direcionamentos das políticas públicas estaduais voltadas aos nossos povos.

Em ambas as oportunidades, pude trocar muitas experiências junto ao Conselho Municipal e Estadual dos Povos Indígenas, hoje presididos pelos parentes Avani Fulniô e Anildo Lulu (nesta ordem), além de promover diversas ações, articulações e interlocuções, principalmente no campo político e de implementação de políticas públicas.

5. Fale-nos sobre a cosmovisão Kayapó. Para nós, Kayapó, o pertencimento é o que dá o direcionamento em todos os campos e sentidos da vida. O nome Pryré, não à toa, tem o sentido e significado de “caminho”, o caminho que precisa ser traçado por nós, guerreiros e guerreiras Kayapó, na defesa de nossas existências e de nossos territórios. Acredito que minha presença nesses ambientes, por si só, já se faz suficiente para a promoção de uma maior sensibilidade àqueles que comigo atuam. Certamente, minhas vivências são essenciais para que eu consiga lidar com essas demandas de maneira mais assertiva, mirando a escuta, as construções coletivas e os direcionamentos dados por nossas lideranças. Vivenciar de perto as demandas e dores sofridas por nossos povos é um fator crucial para atuação uma diferenciada, respeitosa e assertiva.

6. Como lidar com as dinâmicas do mundo jurídico? Em relação ao ordenamento jurídico, ao sistema judiciário e às especificidades dos povos indígenas, é notável o descaso e o despreparo, ainda nos dias de hoje. Embora existam diversos instrumentos jurídicos de proteção e garantia de direitos, o sistema jurídico, na grande maioria das vezes, não abarca nem suporta as demandas dos nossos povos, que, em muitos casos, são conflitantes com os próprios interesses estatais.

CAMILO KAYAPÓ

Apesar dos significativos avanços na garantia de direitos, principalmente com o advento da Constituição Federal de 1988, observamos que o Estado brasileiro ainda faz corpo mole e não é capaz de garantir o mínimo estabelecido na legislação vigente, negligenciando políticas públicas e direitos básicos para mais de 300 povos que habitam estas terras que hoje conhecemos como Brasil.

A morosidade nos processos de demarcação das terras indígenas e o desmantelamento dos sistemas de saúde e educação diferenciados são exemplos nítidos desse despreparo estatal e da invisibilização dos nossos povos à luz do ordenamento jurídico e do sistema judiciário brasileiro. Vejamos o absurdo: durante o período da pandemia de Covid-19, as secretarias de saúde de determinados estados e municípios brasileiros se recusaram, em um primeiro momento, a garantir o acesso à vacina aos indígenas que viviam em contexto urbanizado, sob a justificativa de que não estavam abarcados pelas políticas de saúde voltadas aos povos indígenas pelo simples fato de não estarem fisicamente presentes em seus territórios originários.

7. Como dar visibilidade às reivindicações dos povos originários?

As redes sociais certamente se tornaram uma das principais ferramentas de divulgação das reivindicações e violências sofridas por nossos povos. Hoje, grandes comunicadores indígenas se encarregam de informar a sociedade, tanto indígena quanto não indígena, sobre as pautas, demandas e violências perpetradas em nossos territórios e fora deles.

O silêncio ensurdecedor dos meios de comunicação tradicionais, que covardemente se calam diante de massacres, invasões de territórios e da devastação das nossas florestas, vem perdendo espaço. A juventude indígena, muito bem-organizada, preparada e articulada, tem desempenhado um papel fundamental na comunicação digital e entrega de informações a indígenas e não indígenas.

8. Quais são os desafios? Promover políticas públicas de acesso à educação de qualidade e vida digna. Estimular encontros para debater as bandeiras específicas das coletividades que se encontram em zonas urbanizadas. Garantir espaços de protagonismo nos debates, discussões e atuações junto a órgãos públicos, especialmente àqueles voltados à promoção de políticas públicas para povos indígenas. Desconstruir ideias ultrapassadas, como a de que apenas são indígenas aqueles que vivem aldeados. Esses são alguns exemplos que acredito serem essenciais para o fortalecimento identitário e a formação da juventude indígena. Equilibrar a preservação das tradições indígenas com as dinâmicas da vida na cidade não é uma tarefa fácil, sobretudo quando aquilo que é tido como

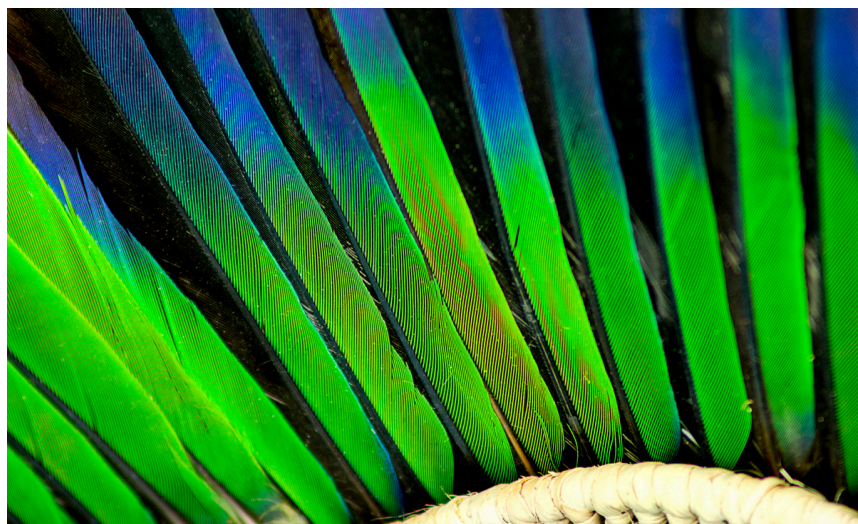
CAMILO KAYAPÓ

comum ou aceitável se distancia significativamente das nossas vivências e realidades.

Volto um pouco ao ponto das mobilizações coletivas. É preciso que nós, indígenas, que vivemos em contextos urbanizados, estejamos próximos e mantenhamos trocas contínuas, coletivamente. Estar fisicamente presente nos territórios também é um fator importante, pois é nos territórios que adquirimos forças e direcionamentos para seguir no caminho da ancestralidade, independentemente do espaço físico.

É preciso que a juventude esteja preparada para enfrentar os desafios impostos pela vida fora dos territórios. Hoje, o maior desafio para os indígenas que ingressam nas universidades não é a entrada, mas sim a permanência, devido à, já mencionada, negligência e falta de habilidade de muitos gestores, formadores e educadores indispostos a dialogar com nossas realidades.

É importante, também, que mantenham o apego, o vínculo com suas comunidades. Que façam, sempre que possível, o caminho de volta e mantenham o diálogo e articulação constante com seus territórios.



CAMILO KAYAPÓ

9. Como dar voz à causa indígena? A

concessão desta entrevista é um grande exemplo de como isso pode ser feito. Abrir espaços de protagonismo para a juventude indígena atuar e demonstrar suas potencialidades, ampliar as políticas de acesso à educação de qualidade e aos espaços de atuação profissional, além da disposição para dialogar com nossos conhecimentos e sabedorias, são algumas maneiras de promover a inclusão e a valorização dos nossos pertencimentos. Outro ponto importante é que as instituições conheçam, de fato, os direitos garantidos aos nossos povos para que possam efetivá-los. É necessário que se movimentem para conhecer de perto as diferentes realidades vivenciadas nos territórios, a fim de evitar a reprodução de violências nesses espaços. O exercício da advocacia (no meu caso particular), por si só, já é uma ferramenta de defesa de direitos. É preciso direcionarmos nossas atuações para os territórios, não apenas no sentido prático da advocacia, mas também na formação e conscientização dos parentes quanto aos direitos que nos são garantidos e aos mecanismos de defesa desses direitos. Devemos assegurar que as futuras gerações também tenham meios de promover a defesa dos nossos territórios, mesmo que não optem por seguir uma trajetória acadêmica ou profissional específica.

Além disso, é fundamental que advogados e advogadas indígenas promovam e participem de debates e ações coletivas junto aos órgãos da advocacia e da sociedade civil. Essas iniciativas são essenciais para provocar e pressionar o Estado brasileiro a garantir os direitos já estabelecidos, especialmente no que se refere à demarcação dos territórios indígenas, uma vez que não se trata de uma necessidade apenas dos povos indígenas, mas também de toda a sociedade brasileira e da comunidade mundial.



CAMILO KAYAPÓ

10. Quais são os projetos futuros que você tem?

Meus projetos futuros estão voltados para a continuidade, nos estudos e para o fortalecimento da minha formação jurídica. Também pretendo dar continuidade à minha atuação na defesa e promoção dos direitos dos nossos povos, levando os conhecimentos e sabedorias originários como contribuição para a criação e implementação de políticas públicas e para a garantia desses direitos. Além disso, pretendo manter minha dedicação à advocacia, buscando meios de fortalecer as lutas e ampliar espaços de diálogo e participação ativa e efetiva, promovendo o reconhecimento e a valorização dos nossos povos. Ao mesmo tempo, sigo comprometido com o caminho da ancestralidade, sempre realizando o movimento de retorno às bases, fortalecendo o pertencimento e buscando orientações sobre os caminhos a serem seguidos. É fundamental que a juventude se mantenha fortalecida em suas tradições e territórios, mas também é preciso estar disposta a dialogar e se apropriar dos conhecimentos não indígenas, a fim de fortalecer a luta coletiva e difundir, em qualquer campo de atuação, os conhecimentos e sabedorias tradicionais de seus povos. É preciso realizar o movimento de retorno às bases continuamente e se manter no caminho do pertencimento.



**EM JULHO
2025**



ESPERANÇAS DA ANAN

SÓ VEM ANAN

A MAIOR ASSOCIAÇÃO DE
ADVOGADOS(AS) DO MUNDO!!



TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO, RECONHECIMENTO ESTATAL E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA SOCIAL



“RECONHECIDOS NA LEI, ESQUECIDOS NA PRÁTICA: OS QUILOMBOLAS AINDA LUTAM PELOS DIREITOS QUE A CONSTITUIÇÃO E A LEGISLAÇÃO JÁ LHES GARANTIRAM. DIREITOS QUE VÃO ALÉM DA MORADIA OU DA POSSE DA TERRA – SÃO GARANTIAS À DIGNIDADE HUMANA, À SEGURANÇA TERRITORIAL, AO ACESSO PLENO AOS DIREITOS SOCIAIS E AO ENFRENTAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL

Reinaldo Santos Dos Reis

Advogado, pós-graduado em Direito Médico e da Saúde, Especialista em Violência Obstétrica. Pesquisador em Direito Civil, Direito Médico, Direito da Saúde, Direito Canábico, Direito Constitucional e Direitos Humanos.

1. Introdução

O presente trabalho discute a situação das comunidades quilombolas no Brasil, enfatizando os desafios enfrentados em relação à titulação de terras, reconhecimento oficial e à efetivação dos direitos sociais. Os quilombos são formados por descendentes de africanos escravizados, essas comunidades representam uma resistência histórica à opressão, mantendo vivas suas tradições culturais, sociais e econômicas.

Embora haja avanços legislativos, como o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e decretos específicos, as comunidades quilombolas continuam lutando contra a morosidade burocrática e a omissão estatal. A regularização fundiária não se trata apenas de garantir o direito à terra, mas de assegurar dignidade, segurança territorial e acesso pleno aos direitos sociais.

2. Metodologia

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, documental e descritiva. Foram utilizados dados secundários de órgãos oficiais, como a Fundação Cultural Palmares (FCP), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ.

A análise se apoiou também em legislações vigentes — como os decretos nº 4.887/2003, nº 11.447/2023, nº 12.171/2024 e nº 11.786/2023 — além de documentos institucionais e estudos de caso que retratam de forma precisa os desafios das comunidades da Ilha do Amba/BA e de Tijuaçu/BA.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO, RECONHECIMENTO ESTATAL E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA SOCIAL

REINALDO DOS REIS

3. Resultados e Discussão

3.1. Distribuição Geográfica e Reconhecimento Oficial

O Brasil possui mais de 3.000 comunidades quilombolas autodeclaradas, das quais 1.826 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, segundo dados atualizados até 2023. A maioria encontra-se na região nordeste, especialmente na Bahia.

Apesar da certificação, a realidade fundiária é dramática: poucas comunidades possuem titulação efetiva de seus territórios. Isso impacta diretamente o acesso a políticas públicas, direitos sociais e à proteção de sua identidade cultural. A ausência de titulação leva, inclusive, a situações absurdas, como a obrigatoriedade de quilombolas comprarem terras que lhes pertencem por direito histórico e constitucional.

3.2. A Burocracia da Titulação de Terras

A certificação pela Fundação Cultural Palmares é apenas o primeiro passo. A regularização fundiária cabe ao INCRA, cujo processo é marcado por extrema lentidão, falta de pessoal, excesso de burocracia e baixa prioridade nas agendas institucionais.

Leis como o Decreto nº 4.887/2003 e o Decreto nº 11.447/2023 (Programa Aquilomba Brasil) visam acelerar o reconhecimento e a titulação, mas sua implementação é precária. Mesmo com a criação da Diretoria de Territórios Quilombolas pelo Decreto nº 12.171/2024, o número de processos parados é alarmante.

Além disso, a falta de titulação não afeta apenas o direito à terra, mas impede que essas comunidades tenham acesso pleno à saúde, educação, segurança, moradia, previdência social e demais garantias constitucionais.



TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO, RECONHECIMENTO ESTATAL E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA SOCIAL

REINALDO DOS REIS

3.3. Dimensão Sociocultural e Ambiental.

As comunidades quilombolas são guardiãs de um patrimônio cultural e ambiental valioso. Seus modos de vida, religiosidade, culinária, práticas agrícolas e relações comunitárias são expressões vivas da resistência negra no Brasil.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), criada pelo Decreto nº 11.786/2023, busca consolidar diretrizes para a gestão autônoma dos territórios, respeitando saberes tradicionais, promovendo sustentabilidade e fortalecendo direitos territoriais.

A PNGTAQ estabelece, entre outros, objetivos como:

- Apoiar práticas de gestão territorial e ambiental desenvolvidas pelas comunidades;
- Promover desenvolvimento socioambiental com justiça climática;
- Proteger o patrimônio material e imaterial quilombola;
- Combater o racismo estrutural, ambiental e fundiário.

3.4. Estudos de Caso: Ilha do Amba/BA e Tijuaçu/BA.

Ilha do Amba/BA: Localizada na Baía de Camamu, é uma comunidade marcada por práticas pesqueiras e marisqueiras. Apesar de certificada, não possui qualquer processo formal de regularização fundiária. Seus membros, inclusive familiares do próprio autor do presente artigo, foram obrigados a adquirir terras que, juridicamente, deveriam ser de domínio coletivo.

Tijuaçu/BA: Uma das maiores comunidades quilombolas do sertão baiano. Embora certificada e com avanços em alguns processos de titulação, ainda enfrenta entraves burocráticos para a regularização definitiva. A ausência de titulação prejudica não só o território, mas todo o acesso a políticas públicas essenciais.



TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO, RECONHECIMENTO ESTATAL E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA SOCIAL

REINALDO DOS REIS

4. Reflexões Críticas

O arcabouço legal é robusto: Constituição Federal, ADCT, decretos, políticas públicas específicas, além de normas internacionais como a Convenção 169 da OIT. Contudo, a aplicação prática dessas normas é limitada.

A realidade evidencia um racismo institucional que perpetua desigualdades históricas. A demora na titulação e certificação não é meramente burocrática, mas representa um mecanismo de exclusão social que atinge diretamente a população negra, especialmente nas comunidades quilombolas.

O depoimento do autor, que presenciou a necessidade da própria mãe comprar terras da Ilha do Amba/BA, reforça a gravidade do problema e demonstra que a omissão estatal não é um dado isolado, mas uma prática sistemática.

Referências

1. Fundação Cultural Palmares. (2024). Comunidades Quilombolas Certificadas. Disponível em: [copy_of_Download do PDF das Comunidades certificadas Certidoes expedidas_Posicao 14.04.2025.pdf](#)
2. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2023). Relatórios de Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/quilombolas>
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). Censo Demográfico 2022: População Quilombola. Disponível em: [Pessoas quilombolas - 2022 - Atlas Geográfico Escolar - IBGE](#).

5. Conclusão

É urgente fortalecer as estruturas institucionais, como a Diretoria de Territórios Quilombolas do INCRA, com mais recursos, pessoal e prioridade política. O Programa Aquilomba Brasil e a PNGTAQ são avanços, mas insuficientes sem uma mudança estrutural no modo como o Estado brasileiro encara os direitos das populações quilombolas.

A luta pela titulação não é apenas uma questão de terra, mas de dignidade, de reconhecimento histórico e de reparação social. Sem a regularização fundiária, não há possibilidade real de efetivação dos direitos fundamentais.

Portanto, este trabalho reafirma a necessidade de atuação articulada entre comunidades, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e, sobretudo, do Poder Judiciário, como instrumento de provocação do Estado, quando este se recusa a cumprir aquilo que a própria Constituição determina.

1. Artigos 216 inciso I até V e § 5º da Constituição.

1. Ato Das Disposições Constitucionais Transitória 68.

TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: DIAGNÓSTICO FUNDIÁRIO, RECONHECIMENTO ESTATAL E PERSPECTIVAS DE JUSTIÇA SOCIAL

REINALDO DOS REIS

Referências

1. DECRETO Nº 11.447/2023, Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor.
1. DECRETO Nº 12.171/2024 Altera o Decreto nº 11.232/2022, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
1. Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura e CONAQ reforçam parceria em defesa dos direitos quilombolas — Fundação Cultural Palmares
1. DECRETO Nº 11.786/2023 institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e o seu Comitê Gestor.
1. Fundação Cultural Palmares. Os territórios quilombolas como espaços de preservação da identidade nacional e do meio ambiente — Fundação Cultural Palmares.
1. DECRETO Nº 4.887/2003 Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

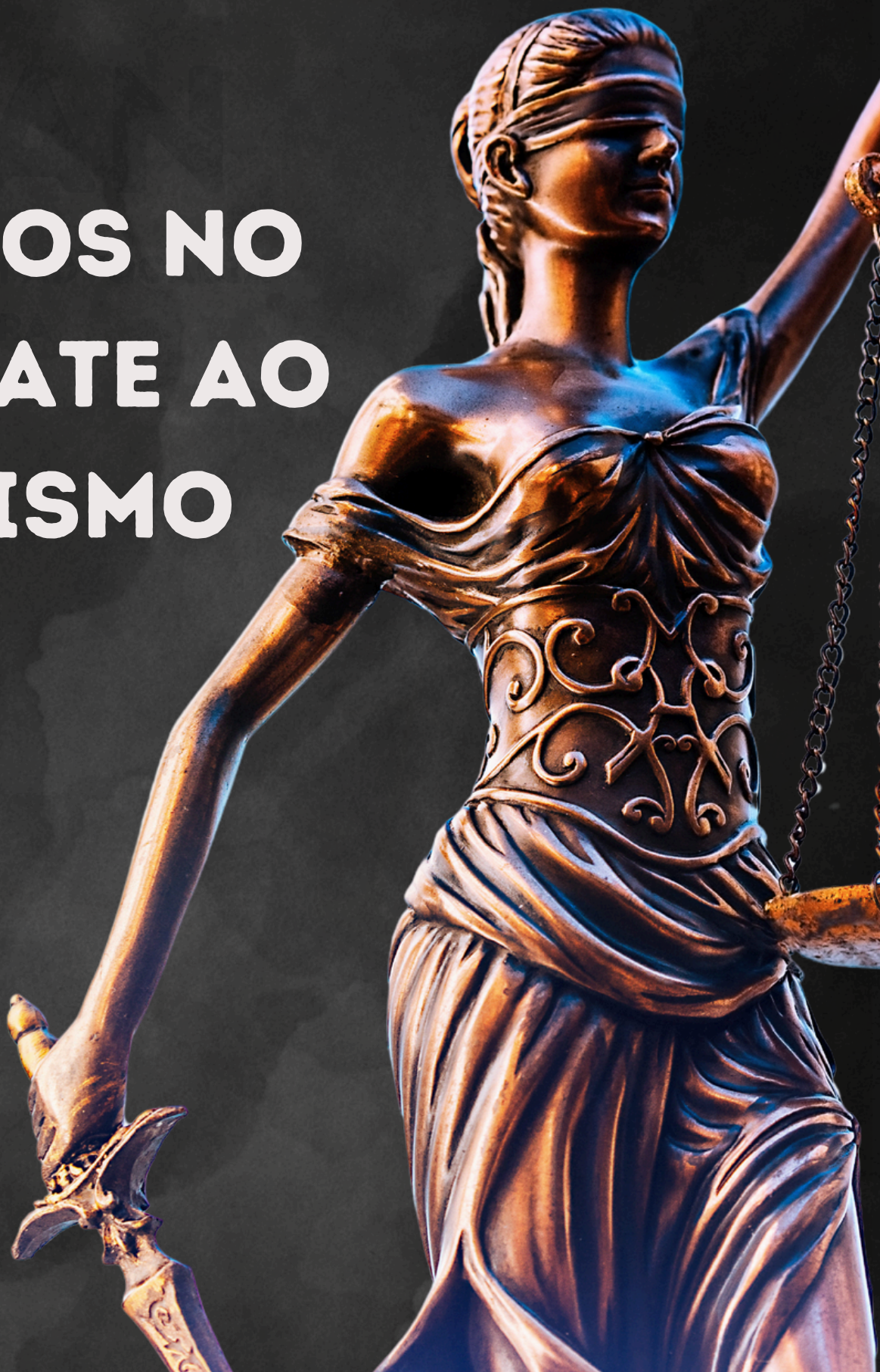
VENHA FAZER PARTE DA MAIOR
ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS
NEGROS DO BRASIL E AMPLIFICAR
SUA VOZ NA LUTA POR JUSTIÇA E
EQUIDADE





ANAN
REFERÊNCIA EM ADVOCACIA NEGRA

10 ANOS NO COMBATE AO RACISMO





CLÃ DA NEGRITUDE

OFICINAS DE DESENVOLVIMENTO PESSOAL



NETWORKING: CRIE UMA REDE SÓLIDA DE RELACIONAMENTOS

Tema: Como construir, consolidar e manter uma rede de relacionamentos de sucesso

Após o sucesso da nossa primeira oficina sobre as 5 práticas essenciais para o sucesso profissional, chegou a hora de avançar ainda mais!

Nesta segunda oficina, vamos mergulhar no que realmente impulsiona carreiras: relacionamentos estratégicos.

Você vai aprender:

- ✓ Como construir e fortalecer sua rede de contatos
- ✓ A diferença entre relações pessoais e profissionais – e como cultivá-las com inteligência
- ✓ Os melhores espaços e eventos para encontrar profissionais influentes
- ✓ O que não fazer em um relacionamento profissional
- ✓ As estratégias utilizadas por grandes líderes e CEOs para manter conexões valiosas

Inscrições abertas no Sympla

<https://www.sympla.com.br/evento-online/oficina-n-02-networking-construindo-uma-solida-rede-de-relacionamentos/2965999>

DESENVOLVIMENTO PESSOAL

NETWORKING

CRIE UMA SÓLIDA REDE DE RELACIONAMENTOS

OFICINA nº 2

Aprimore suas habilidades
— **inscreva-se agora**
mesmo em nosso curso
sobre gestão de carreira e
liderança!

com
Estevão Silva

16 Junho, 2025

Das 19h30 às 21h.

Inscrições no Sympla

MAIS INFORMAÇÕES
www.cladanegritude.com.br

Online

Se você deseja investir no seu crescimento, aprender a se posicionar, conquistar respeito e gerar impacto, este convite é para você. **Não perca a oportunidade de transformar sua trajetória ao lado de um dos maiores líderes do país — inscreva-se agora e comece sua jornada de transformação!**

www.cladanegritude.com.br

NOTÍCIAS DA ANAN



Arlindo Felipe Junior

INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA CEMMANO



Lideranças Negras em Foco: As Comissões de Igualdade Racial da OAB Falam para a ANAN

Subtítulo: Vozes que inspiram, denunciam e constroem caminhos antirracistas na advocacia brasileira.

A Comissão Especial de Mapeamento e Monitoramento da Advocacia Negra na Ordem – CEMMANO – inicia um novo ciclo de escuta e visibilidade das experiências de lideranças que constroem diariamente a luta antirracista dentro da OAB. O projeto “Lideranças Negras em Foco” nasce com o propósito de registrar, divulgar e fortalecer as vozes das presidentas e presidentes das Comissões de Igualdade Racial em todo o país, valorizando seus percursos, desafios e contribuições.

As entrevistas são realizadas mensalmente, como forma de acompanhamento vivo e engajado da atuação dessas lideranças que representam a advocacia negra brasileira. A escuta ativa, o registro afetivo e o compartilhamento público dessas narrativas são partes essenciais da estratégia da CEMMANO para o fortalecimento institucional da luta por igualdade racial no sistema OAB.

Como parte desse movimento de fortalecimento, celebramos também a reativação do nosso canal oficial no Instagram: @cemmanobrasil — um espaço

INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA CEMMANO

PHETERSON MADSON

para reunir notícias, depoimentos, registros fotográficos e chamadas para ação, conectando comissões, advogados(as) e a sociedade civil em torno do compromisso por uma advocacia antirracista.

Começamos com a entrevistada: Dr^a. Fabricya Wilke, presidenta da Comissão de Igualdade Racial da OAB Sergipe.

A presença da presidenta da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SE, Dr^a. Fabricya Wilke Costa Santos, foi mais que simbólica: foi a expressão de um compromisso sólido e efetivo com a justiça racial no estado. Sua atuação incansável tem promovido uma verdadeira transformação institucional, consolidando a Comissão como um espaço estratégico de escuta, denúncia, proposição de políticas públicas e valorização da advocacia negra.



Em entrevista enviada à ANAN, feita pelo Dr. Pheterson Madson — Coordenador da Comissão Especial de Mapeamento e Monitoramento da Advocacia Negra na Ordem (CEMMANO) —, Dr^a. Fabricya compartilhou sua trajetória e os sentidos de estar à frente de uma comissão fundamental na luta antirracista:

"Desde que fui nomeada para ser Presidente da Comissão de Igualdade Racial da OAB/SE, tenho percebido o quanto é valoroso e fortalecedor caminhar em prol das pessoas negras, pessoas que sempre foram excluídas e julgadas perante a sociedade.

A minha advocacia sempre foi voltada para os grupos vulneráveis, para pessoas hipossuficientes, que buscam viver com dignidade. Então me tornar líder da comissão que representa meu povo e que traz a força dos nossos antepassados, reforça meu propósito profissional. Mas além disso, me coloca no caminho digno de mulher preta, que pode e deseja direcionar outras vidas pretas, para que estas encontrem também o seu propósito de vida.

Não vou mentir que sempre quis ser líder... Mas me perguntava como uma mulher preta, de cabelos crespos, conseguiria ter uma posição de liderança?

INÍCIO DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA CEMMANO

PHETERSON MADSON

Quando aconteceu, a resposta foi clara: uma mulher preta consegue alcançar seus objetivos quando honra quem ela é, quando honra seus ancestrais e quando acredita em si mesma!

Assim, sigo forte em meu compromisso como presidente. Claro que sei que não será fácil, mas tenho certeza que será uma jornada incrível e de muito crescimento."



ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

ANAN

psicoanan@gmail.com

CURSO

Recursos e Advocacia nos Tribunais



Com

RODRIGO ALVES

Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP. Professor convidado na pós-graduação em processo civil e imobiliário da PUC-Rio, Mackenzie e ESA.

Formato: 4 encontros ao vivo
(viá Zoom ou Google Meet)

Turma piloto – R\$ 250

Principais tópicos:

- Estratégia recursal na prática forense
- Recurso de apelação e agravo de instrumento
- Recursos internos e excepcionais
- Atuação do advogado nos tribunais

Inscreva-se:

rodrigolucas@aasp.org.br

(11) 97471-9370

**AQUI,
SEU ANÚNCIO
ENCONTRA
O PÚBLICO
CERTO.
ANUNCIE!**



VESTIDO DE, BRANCO

Vestido de, Branco

O caminhar negro no acreditar de branco visto ser
Mera ilusão nos trajes farrapos do humano querer
Quando alcançada a luta incansável de si, ver um ser
Veste-se o terno do branco e se ilude no bem querer

Não a razão de iludir-se no aceite de branco vestir-se
A fantasia na lua cheia reluz o ébano ao despir-se
Aí os cães ladram n'uma voracidade de amedronto
Não admitem perder privilégios e sequer estrondo





ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

ANAN

psicoanan@gmail.com

***“SE VOCÊ, ADVOGADA OU ADVOGADO
NEGRO, SENTE QUE ESTÁ PRECISANDO DE
APOIO — OU SE CONHECE ALGUÉM EM
SITUAÇÃO DE SOFRIMENTO EMOCIONAL —
SAIBA QUE NÃO ESTÁ SÓ.”***

POR QUE SOU ANAN?

O racismo, enraizado há séculos nas estruturas sociais brasileiras, não apenas sobreviveu à abolição da escravidão, mas se adaptou e sofisticou suas formas de exclusão, atingindo todos os espaços da sociedade: educação, justiça, trabalho, cultura e poder. Nesse cenário desafiador, reunir a negritude em torno dos assuntos realmente relevantes para romper essas amarras históricas tornou-se uma tarefa árdua, mas essencial.

A Associação Nacional da Advocacia Negra - ANAN - surge como uma legítima porta-voz da advocacia negra e como reflexo da resistência da sociedade brasileira contra essa estrutura silenciosa, porém profundamente operante, que insiste em calar e afastar os divergentes do caminho social hegemônico. Nossa existência incomoda exatamente porque ousamos denunciar o que muitos tentam esconder: o racismo estrutural que moldou e ainda molda o Brasil.

A ANAN enfrenta perseguições, resistências e tentativas de deslegitimação exatamente porque ousa dar voz à população negra, promovendo os talentos esquecidos, silenciados e invisibilizados ao longo da história.

LUCIANO NASCIMENTO



Cada vitória da ANAN é uma pequena rachadura nas muralhas do racismo, abrindo caminhos para uma sociedade mais justa e plural.

Além da resistência, a ANAN também constrói. Criamos espaços concretos de valorização da advocacia negra, como a Revista VAdNe (Valorizando a Advocacia Negra), uma publicação pioneira que destaca a produção intelectual, as conquistas profissionais e a atuação política dos advogados e advogadas negras em todo o país. Através da VAdNe, mostramos a potência e a capacidade da advocacia negra, rompendo estereótipos e estimulando o orgulho e a autoestima de nossa comunidade.

Promovemos eventos de formação jurídica, painéis de debates, rodas de conversa e encontros nacionais que fortalecem o protagonismo negro na advocacia e na sociedade. Atuamos diretamente na defesa das prerrogativas da advocacia negra, apoiando colegas que enfrentam o racismo institucional nos fóruns, tribunais e espaços de poder.

POR QUE SOU ANAN?

LUCIANO NASCIMENTO



Semanalmente, também realizamos entrevistas no quadro "Decisão Liminar", um espaço de diálogo e visibilidade para personalidades negras de diversas áreas do Direito. Em cada entrevista, não apenas abordamos os mais variados temas jurídicos relevantes para a sociedade, mas também trazemos à tona as histórias pessoais de superação frente ao preconceito estrutural no Brasil. O "Decisão Liminar" é uma poderosa ferramenta de denúncia, memória e inspiração, reforçando a presença e o protagonismo negro na construção da Justiça brasileira.

Uma das nossas maiores lutas é a abertura de espaço para advogados e advogadas negras nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. A ANAN tem atuado firmemente para que o Quinto Constitucional seja um

verdadeiro reflexo das cores do povo brasileiro, democratizando o acesso ao Judiciário e combatendo a histórica exclusão racial na composição dos tribunais. Lutamos para sensibilizar e provocar a reflexão dos dirigentes da OAB sobre o seu papel histórico e intransferível na luta contra o racismo, exigindo que a Ordem avance para além dos discursos e adote práticas efetivas de inclusão e valorização da advocacia negra.

Sabemos também que a transformação das estruturas passa pela ocupação dos espaços políticos. Por isso, a ANAN realiza esforços concretos para incentivar a participação maciça da população negra nas disputas eleitorais, estimulando a formação de grupos políticos e o fortalecimento das lideranças negras em todo o Brasil. Organizamos palestras, cursos, encontros e eventos específicos para capacitar futuros candidatos, orientando-os sobre a correta utilização das leis eleitorais que garantem cotas e mecanismos afirmativos em prol da população negra.

POR QUE SOU ANAN?

LUCIANO NASCIMENTO

mecanismos afirmativos em prol da população negra. Acreditamos que somente ocupando os espaços de decisão, com consciência e preparo, poderemos promover mudanças reais e duradouras para o nosso povo.

Diante disso, torna-se urgente e imprescindível a união dos estudiosos e operadores do Direito em torno de um único propósito: garantir que as leis, muitas vezes utilizadas para perpetuar desigualdades, sejam instrumentos verdadeiros de transformação social e de efetivo benefício para a população negra. O Direito, quando comprometido com a justiça racial, pode e deve ser uma ferramenta poderosa para reverter séculos de opressão.

Conclamamos toda a sociedade – e em especial a advocacia negra – a se unir à ANAN. Não basta resistir isoladamente; é preciso organização, engajamento e posicionamento firme nas lutas que determinarão o futuro do nosso povo. A ANAN é mais que uma entidade, é um movimento vivo, uma trincheira de luta pela dignidade, pela igualdade e pelo respeito à identidade negra.

Unir, unir e unir. Este é o único caminho para vencer o racismo.

Por isso, reforçamos: a ANAN precisa da participação ativa de todos que acreditam na justiça e na igualdade racial.

E mais: precisa também do apoio financeiro de quem reconhece a importância de nossa luta. A sobrevivência da ANAN diante das investidas daqueles que lutam contra o nosso levante organizado depende do engajamento e da contribuição solidária de cada um.

Juntos, somos mais fortes.

Juntos, venceremos.

**Dr. Luciano Nascimento – Advogado
Diretor da ANAN**



VEN AÍ NOSSO

ARRAIA

DO CLÃ

NÃO PERCA . NÃO PERCA

COMIDAS TÍPICAS ♦ **SHOWS**
QUADRILHA ♦ **PESCARIA**
E MUITO MAIS...

SÁBADO

28

- JUN

♦ **14 HORAS**



ADVOCACIA NEGRA
E S C R I T Ó R I O N A C I O N A L

PALESTRAS: ESCRITÓRIO NACIONAL DA ANAN

ESTEVÃO SILVA

PROGRAMAÇÃO DE ABRIL

DECISÃO LIMINAR

DL. nº 89/2025

Quinta-feira, 03 de abril | 20h.

@escritorioaanan

A ESCRAVIDÃO EM PORTUGAL E O PEDIDO DE DESCULPAS AO BRASIL



Mario Luis da Silva
Projeto Onan
Tesla Digital School
Gestor de Recursos Humanos
Professor de Ensino Médio e Técnico



Lenny Blue
Advogada
Escritora
Conselho dos Griots do MNU-SP - Movimento Negro Unificado



José Ribeiro
Advogado
Mediador
Humana Instituto de Direitos Humanos de Santa Catarina
Membro de direção coordenação jurídica
Conselheiro estadual M
Membro do conselho nacional da OAB



MEDIADOR
David Brito - SP
Advogado e Vice-presidente Local e
Responsável Técnico da Prática de Pareceres



A ESCRAVIDÃO EM PORTUGAL E O PEDIDO DE DESCULPAS AO BRASIL.

Portugal finalmente pediu desculpas ao Brasil por sua participação ativa no tráfico e na escravização de milhões de africanos durante os séculos de colonização. Esse gesto simbólico, embora tardio, representa um marco histórico e político importante no reconhecimento das violências cometidas contra os povos negros. É um pedido de perdão que abre espaço para reflexões mais profundas sobre justiça histórica, memória coletiva e reparação.

Contudo, mais do que um pedido de desculpas, é preciso saber: o que aconteceu com os negros escravizados que foram levados de forma brutal para Portugal? Onde estão seus descendentes? Como vivem hoje os negros em Portugal, país que ainda enfrenta o racismo estrutural em suas instituições? Esses e outros temas urgentes serão debatidos ao longo do mês de abril, quando propomos uma escuta ativa, crítica e decolonial sobre a história e o presente da população negra nas diásporas.

LUIZ GAMA E ESPERANÇA GARCIA

Neste mês, iremos celebrar e escutar dois ícones da justiça brasileira, dois ilustres representantes da advocacia negra no país. Suas trajetórias são marcadas por coragem, excelência e compromisso com a transformação social. Estamos profundamente felizes por tê-los conosco, pois suas vozes trazem reflexões fundamentais sobre o Brasil, o sistema de justiça, a luta por igualdade e os caminhos possíveis para uma advocacia mais humana, inclusiva e comprometida com as causas do povo negro.

DECISÃO LIMINAR

DL. nº 90/2025

Quinta-feira, 10 de abril | 20h.

@escritoriodaanan

LUIZ GAMA E ESPERANÇA GARCIA



PAULO DO VALE - CE

*Presidente da Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OABCE. Membro da Comissão de Políticas Judiciais pela Equidade Racial (CPJER) do Tribunal de Justiça do Ceará. Especialista em direito empresarial e administrativo
*Advogado



MARIO LUIS DA SILVA - SP

*Projeto Onan
Tesla Digital School
Gestor de Recursos Humanos
Professor de Ensino Médio e Técnico



ANTONIO LEANDRO F. BA

*Instituições que participa: Presidente da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa da OAB/BA - Subseção de Vitória da Conquista/BA (2025-2027); Consultor Jurídico da Sociedade do Culto Afro-brasileiro de Poções e Microrregião (SOCAB);
*Advogado



MEDIADORA

Tania Vieira - SP
Núcleo de Lives ANAN,
Advogada



PALESTRAS: ESCRITÓRIO NACIONAL DA ANAN

ESTEVÃO SILVA

PROGRAMAÇÃO DE ABRIL

DECISÃO LIMINAR

DL. nº 91/2025
Quinta-feira, 17 de abril | 20h.

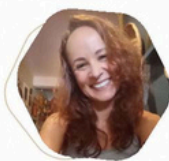
@escritoriodaanan

A HISTÓRIA DA COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL



AMANDA SOARES B - PR

*Representante da ANAN/PR
*Advogada Pública



TANIA VIEIRA - SP

*Especialização em Direito Público. Professora de Direitos Humanos, Direito Administrativo, Direito Indigenista
*Advogada



CARINA DANTAS - MG

*Presidente da comissão da verdade da escravidão negra e combate ao trabalho escravo moderno OAB/JF
*Advogada



MEDIADORA

Luana Marinho - BA

Núcleo de Lives ANAN, Mestre em estudos de línguas contextos lusófonos Brasil-Africa/Unilab



A HISTÓRIA DA COMISSÃO DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

A ANAN é especialista em questões raciais e, mais do que um coletivo, somos um movimento que propõe e transforma os rumos do povo brasileiro. Em nossa próxima atividade, iremos discutir a história e os desdobramentos da Comissão da Verdade Negra sobre a Escravidão. Embora a OAB tenha lançado estudos técnicos importantes sobre o tema, é a ANAN que reúne mestres e especialistas profundamente comprometidos com a verdade histórica e a reparação da população negra. Somos referência nesse debate, e por isso, você não pode perder esse momento essencial para a justiça e a memória do Brasil.

A MANUTENÇÃO DO RACISMO NA SENTENÇA DA TITI

No ano passado, o Brasil assistiu a uma sentença considerada histórica: mais de 8 anos de prisão a uma influenciadora digital pela prática de racismo. À primeira vista, poderia parecer um avanço no combate ao racismo, mas ao analisarmos com profundidade, percebemos que essa decisão pode estar na contramão das lutas históricas do movimento negro. A partir de um texto arrebatador do Dr. Estevão Silva, convidamos todas e todos a refletirem conosco: quais foram, de fato, as verdadeiras intenções dessa sentença? O que está em jogo quando o sistema penal decide agir com tanto rigor seletivo? Este debate é urgente e necessário.

DECISÃO LIMINAR

DL. nº 92/2025
Quinta-feira, 24 de abril | 20h.

@escritoriodaanan

A MANUTENÇÃO DO RACISMO NA SENTENÇA DA TITI



RAYANE MAYARA L. P. - SP

*Presidente da comissão de igualdade racial da OAB Sorocaba. Conselheira no Conselho do Negro de Sorocaba.
*Pós-graduanda em direito antidiscriminatório.
*Advogada



NILTON LIMA - SP

*Pós-Graduação em Advocacia Civil (Fundação Escola Superior do Ministério Público)
*Bacharel em Teologia, Filosofia e Direito
*Coordenador da ANAN e da Revista VAdNe
*Advogado



EDNA RAMOS - GO

*Diretora da ANAN
Vice presidente da Comissão de Igualdade Racial (CEPIR OAB/GO)
Diretora Nacional de Mulheres do Raízes;
Membro da ABMCJ
*Advogada



MEDIADOR

Wesley Santana - SE

Núcleo de Lives ANAN, Representante da ANAN/SE



NÓS SOMOS A ANAN

Excelência da Advocacia Negra



Estevão Silva

Presidente da ANAN

E-mail:

associacaoadvnegro
@gmail.com

Tel. (11) 96569-1999



Luciane Ribeiro

Vice-Presidente da
ANAN

E-mail:

associacaoadvnegro
@gmail.com

Tel. (11) 96351-2313



Margareth Almeida

Coordenadora
Regional - Chefe

E-mail:

margarethalmeida.ad
vocacia@outlook.co
m.br

Tel: (98) 98312-9897



Mylena C. Matos

Conselheira do
Jurídico ANAN

E-mail:

my_christi@hotmail.
com

Tel. (18) 99128-3424



Yunus Mustafá

Ouvidor Geral ANAN

E-mail:

advo.sheikh@gmail.co
m

Tel. (14) 998094352



Silmara Pereira

Secretária Geral ANAN

E-mail: advsil.pereira

Tel. (11) 96405-4520



Luciano Nascimento

Assessor Especial da
presidência da ANAN

E-mail:

associacaoadvnegro
@gmail.com

Tel. (11) 96569-1999



Danielly Athauê

Embaixadora da ANAN

E-mail:

associacaoadvnegro
@gmail.com

Tel. (11) 95373-8418



NÓS SOMOS A ANAN

Excelência da Advocacia Negra



Edna T. Ramos

Diretora da ANAN

E-mail:

ednaramosoares@gmail.com

Tel. (62) 99162-3191



Kassia Kamila

Diretoria de
Admissibilidade

E-mail:

Adv.kassiakamila@gmail.com

Tel. (95) 9122-7421



Tulio Bernard Caldas

Pacheco

Diretoria de
Admissibilidade

E-mail:

tuliobcpacheco@hotmail.com

Tel: (31) 98558-2904



Pheterson Madson

Cemmano

E-mail:

adv@phetersonmadsonadvocacia.com.br

Tel. (79) 98858-4891



Tamara Cristina

Coordenadora da
Defesa das
Prerrogativas da Advc.
Negra

E-mail:

adv.tamara@hotmail.com

Tel. (11) 96988-3142



Samara Oliveira

Jurídico da ANAN

E-mail:

Samarasouza.advogada@gmail.com

Tel. (16) 98222-8633



Eliane Macedo

Diretora da ANAN

E-mail:

emacedo@elianemacedo.adv.br

Tel. (71) 996598698



Ricardo Brito

Coordenador da ANAN

E-mail:

ricardo@rbad.com.br

Tel. (011) 99756 0548



CALENDÁRIO DE REUNIÕES DAS ANANS NOS ESTADOS

REUNIÕES DAS ANANs

ANAN/RJ

Reunião dia 30/04, às 17h
Representante Dr. Geraldo Santos
E-mail: santosdacosta.adv@gmail.com
Telefone: (21) 992070603

ANAN/MG

Reunião dia 22/04, às 19h
Representante Dr. Margareht Almeida
E-mail: margarethalmeida.advocacia@outlook.com.br
Telefone: (98) 8312-9897

ANAN/MA

Reunião dia 16/04, às 19h30
Representante Dr. Jackson Almeida e
Drª. Margareth Almeida
E-mail:
Telefone: (98) 8103-5853 |
(98) 8312-9897

ANAN/MS

Reunião dia 11/04, às 19h.
Representante Drª. Diva Rigato
E-mail: associacaoadvnegro@gmail.com
Telefone: (67) 9972-1953

ANAN/AL

Reunião dia 28/04, às 20h.
Representante Dra. Margareth Almeida
E-mail: associacaoadvnegro@gmail.com
Telefone: (11) 11 95430-3241

ANAN/BA

Reunião dia 28/04, às 19h
Representante Drª. Camila Carneiro
Telefone: (71) 9702-3314

ANAN/PI

Reunião dia 10/04, às 19h
Representante Drª. Margareth Almeida
E-mail: margarethalmeida.advocacia@outlook.com.br
Telefone: (98) 8312-9897

ANAN/SE

Reunião dia 07/04, às 19h
Representante Drª. Margareth Almeida
E-mail: margarethalmeida.advocacia@outlook.com.br
Telefone: (98) 8312-9897



ANIVERSARIANTES DO MÊS DE ABRIL

07/04 - Diva Rigato



12/04 - Bruna Simeão



20/04 - Tatiane Santana



25/04 - Sue Circunde



SEJA UM APOIADOR ANAN

Acreditamos firmemente no potencial transformador do nosso projeto, que visa impactar positivamente comunidades e promover mudanças significativas. Contudo, para alcançarmos nossos objetivos e concretizarmos essa visão, necessitamos do seu apoio financeiro e pessoal.

Cada contribuição, seja ela monetária ou de tempo, é uma peça fundamental na construção deste projeto que busca construir um impacto positivo duradouro. Junte-se a nós nessa jornada de mudança, pois com a sua ajuda, estaremos mais próximos de realizar e fazer a diferença que almejamos.

ANUIDADE 2025 ANAN



ADVOGADO:

R\$ 300,00

APOIADOR/ COLABORADOR:

R\$ 250,00

BACHAREL:

R\$ 200,00

ESTUDANTE:

R\$ 150,00

VOCÊ JÁ FEZ O PAGAMENTO DA ANUIDADE 2025

PIX: CHAVE E-MAIL DO CLÃ CLADANEGRITUDE@GMAIL.COM

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA NEGRA
EXCELÊNCIA EM ADVOCACIA**

FALE CONOSCO



DIVA DIAS RIGATO

Editora Chefe

E-mail:

Tel. (67) 9972-1953



ESTEVÃO SILVA

Diretor de Conteúdo

E-mail:

revistavadne@gmail.com

Tel. (11) 96569-1999

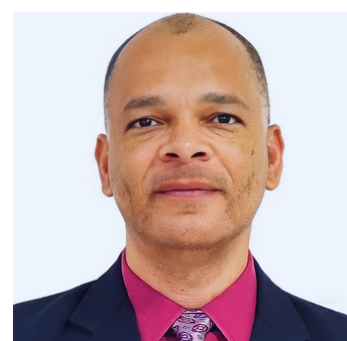


DANIELLY ATHAUÊ

Colunista

E-mail:

Tel. (11) 95373-8418



NILTON LIMA

Revisor de texto

E-mail:

taonta@gmail.com

Tel. (11) 96317-9666



LUCIANO NASCIMENTO

Colunista

E-mail:

Tel. (65) 9999-2299

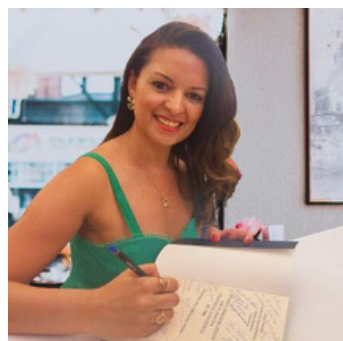


LUIZ FELPE ROQUE

Mediador de Live

E-mail:

Tel. (21) 97011-0864



PALOMA BANDEIRA

Revisora de Texto

E-mail:

Tel. (11) 97960-5574



ADEMIR JOSÉ DA SILVA

Colaborador da VAdNe

E-mail:

ademir.ademirsilva@gmail.com

Tel. (19) 981684948



PRISCILA MENEZES

Colaboradora

Tel. (11) 96056-1028



FABIANA KUELE

Colaboradora da Vadne

E-mail:

fabianaklimaadv@gmail.com

Tel. (21) 97237-5675



revistavadne@gmail.com



@revistavadne



11-95430-3241



www.ananadv.com.br

REVISTA DA ADVOCACIA NEGRA



Foto: Dr. Estevão Silva- Presidente da ANAN e Prof. Dr. Alvaro Travassos de Azevedo Gonzaga- indígena da etnia Guarani-Kaiowá.

Evento: Arguição oral da lista sexpluta para o STJ.

Data: 09 de setembro de 2024

**“SE UMA PESSOA PODE MUDAR O MUNDO,
IMAGINE UMA
ASSOCIAÇÃO.”**

Dr. Estevão Silva

VADNE

VALORIZAÇÃO DA ADVOCACIA NEGRA

@revistavadne